



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS – UFAL  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS, COMUNICAÇÃO E ARTES – ICHCA  
CURSO DE HISTÓRIA

JOSÉ FERNANDO BARBOSA DOS SANTOS

**SAÍDO DAS ENTRANHAS DA MASSA:**  
POPULISMO, TRABALHISMO E O IMPEACHMENT DO GOVERNADOR MUNIZ  
FALCÃO (1956-1960)

Maceió  
2020

JOSÉ FERNANDO BARBOSA DOS SANTOS

**SAÍDO DAS ENTRANHAS DA MASSA:**  
POPULISMO, TRABALHISMO E O IMPEACHMENT DO GOVERNADOR MUNIZ  
FALCÃO (1956-1960)

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto de Ciências Humanas, Comunicação e Artes (ICHCA), da Universidade Federal de Alagoas (UFAL), como requisito parcial para a obtenção do grau de Licenciatura em História.

Orientação do Prof.<sup>a</sup>. Dr.<sup>a</sup> Michelle Reis de Macedo

Maceió  
2020



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS, COMUNICAÇÃO E ARTES  
CURSO DE HISTÓRIA

TERMO DE APROVAÇÃO

O Trabalho de Conclusão de Curso, intitulado  
"SAÍDO DAS ENTRANHAS DA MASSA: POPULISMO, TRABALHISMO E O IMPEACHMENT DO  
GOVERNADOR MUNIZ FALCÃO" (1956-1960) elaborada(o) por  
JOSE FERNANDO BARBOSA DOS SANTOS e aprovado por  
todos os membros da Banca Examinadora, cumprindo as exigências para obtenção do  
título de Licenciatura em História.

**BANCA EXAMINADORA:**

Prof.(a) Michelle Reis de Macedo  
Orientador (a):

Prof.(a) [Assinatura]  
1º Examinador (a):

Prof.(a) [Assinatura]  
2º Examinador (a):

Maceió, Alagoas  
31/02/2020

## AGRADECIMENTOS

Agradecimentos sempre são necessários Primeiramente, agradeço a Deus por estar comigo em todos os momentos. E, em seguida a mim, que consegui superar meu maior desafio – eu mesmo, com minhas complicações pessoais – para a conclusão dessa etapa acadêmica.

Agradeço a minha mãe, Rozileide Barbosa, por ter sempre acreditado em mim, mesmo quando eu não acreditei, e sempre ter me incentivado. E também aos meus irmãos, Fernanda Joyce e João Honório, por terem sido tão companheiros e procurado me entender sempre.

As minhas tias: Benedita Ferreira, Maria de Fátima e Maria Sônia, que sempre me apoiaram e incentivaram-me no caminho da educação. E aos meus primos: Jéssica Santos, Samara Barbosa e Wellington Barbosa, que foram mais que família, mas amigos com quem pude contar ao longo da minha caminhada.

A minha namorada, Sara Maria, que me acompanhou de perto na conclusão do curso e muito me incentivou, apoiou, amou e amparou nos momentos mais difíceis.

O meu caro amigo César Gomes, que foi conselheiro, ouvinte dos meus problemas e até mesmo co-orientador ao longo da maior parte da minha graduação. E aos caros amigos, Everaldo Santos e Gelvane Andrade, por terem me acolhido sempre que precisei.

A todos os professores que tive ao longo de minha formação, em especial a minha orientadora, dra. Michelle Reis de Macedo, e aos professores dr. Antônio Filipe Caetano, que me incentivou na pesquisa, e dr. Anderson Almeida, que me inspirou e não me deixou desistir.

A todos os amigos das atividades *nerds*, em especial: Allan Cristian, Artur Amasai, Elvis Max, João Victor Palmeira, Kristhian Bismarck e Kristhofee Felipe. Que com as mesas de RPG e jogos de *Magic The Gathering* me ajudaram a distrair e alegrar minha mente.

Ao programa Conexões de Saberes/UFAL por ter me dado a primeira oportunidade como profissional docente e por todo o apoio a minha formação. Em especial nas pessoas de: Alberto Monteiro, Eliandro Lira, Lucas Barbosa, Paulo Henrique e Tharlersson Emerson, que foram mais que colegas de projeto e se tornaram amigos para a vida.

A todos que foram, são e serão um dia meus alunos, por me inspirarem a seguir na caminhada. E por fim, mas não menos importante a todos que acreditam na educação como ferramenta de mudança das pessoas e com isso, uma possível mudança em nossa sociedade.

## RESUMO

O presente trabalho visa compreender o contexto histórico do governo de Muniz Falcão em Alagoas (1945-1964), para tal procura-se estabelecer um panorama histórico da formação das oligarquias políticas locais e sua solidificação no poder, após o início da República brasileira em 1889. A partir de mesmo se analisa a perpetuação desses grupos no poder, metamorfoseando-se e se mantendo firmes em meio as rupturas no sistema republicano em 1930 e 1945. E com isso entender a chegada de Muniz Falcão ao governo no Período Democrático (1945-1964), desde sua atuação como delegado regional do trabalho até seu período como chefe do Executivo estadual. Com isso, perceber os enfrentamentos que terá com as elites tradicionais e como essas mesmas influenciaram no processo do *impeachment*. Observa-se ainda a noção de populismo solidificada na historiografia tradicional ao falar de Muniz Falcão e outros políticos de vertente trabalhista, e com esse intuito buscou-se perceber como se deu a construção do termo populismo e político populista, identificando-o como um caráter pejorativo político. Diante disso, compreende-se as práticas e o governo de Muniz como alinhadas ao movimento do Trabalhismo nacional, e para isso, procura-se conceituar esse movimento e suas principais características. E por fim buscou-se depreender o processo de *impeachment* levantado contra o governador, desde as primeiras movimentações de seus opositores, liderados pelos membros da União Democrática Nacional (UDN) que em Alagoas representava o interesse das oligarquias locais, até os deslances decorridos após o trágico episódio do dia da votação. Tentando entender-se também os resultados do processo e a repercussão que o mesmo teve em jornais de outras unidade federativas. Compreendendo com isso, os principais aspectos do governo e trajetória política de Muniz Falcão.

**Palavras-chave:** *Impeachment* – Populismo – Trabalhismo.

## RESUMEN

El presente trabajo tiene como objetivo comprender el contexto histórico del gobierno de Muniz Falcão en Alagoas (1945-1964), con este fin, busca establecer un panorama histórico de la formación de oligarquías políticas locales y su solidificación en el poder, después del comienzo de la República brasileña en 1889. Desde el mismo punto, se analiza la perpetuación de estos grupos en el poder, metamorfoseando y manteniéndose firme en medio de las rupturas en el sistema republicano en 1930 y 1945. Y con eso entiendo la llegada de Muniz Falcão al gobierno en el período democrático (1945-1964), desde su papel como delegado regional del trabajo hasta su tiempo como jefe del ejecutivo local. Con esto, comprenda las confrontaciones que tendrá con las élites tradicionales y cómo ellas mismas influyeron en el proceso de impeachment. También es posible observar la noción de populismo solidificada en la historiografía tradicional cuando se habla de Muniz Falcão y otros políticos del lado trabajista, y con este objetivo tratamos de entender cómo se construyó el término populismo y político populista, identificándolo como un concepto político peyorativo. En vista de esto, se entiende que las prácticas y el gobierno de Muniz están alineados con el movimiento del Trabajismo nacional, y para eso, tratamos de conceptualizar este movimiento y sus características principales. Finalmente, buscamos entender el proceso de *impeachment* presentado contra el gobernador, desde los primeros movimientos de sus oponentes, liderados por miembros de la Unión Democrática Nacional (UDN) que en Alagoas representaba el interés de las oligarquías locales, hasta los resultados después del trágico episodio del día de votación. Tratar, también, de comprender los resultados del proceso y las repercusiones que tuvo en los periódicos de otras unidades federativas. Entendiendo con esto, los principales aspectos del gobierno y la trayectoria política de Muniz Falcão.

**Palabras clave:** *Impeachment* – Populismo – Trabajismo.

## SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	7
2. OLIGARQUIAS, TENSÕES E CRISES: o contexto histórico alagoano e a trajetória de Muniz Falcão .....	11
3. A TRAGÉDIA DA TRAGÉDIA DO POPULISMO: um debate conceitual .....	21
4. O <i>IMPEACHMENT</i> : choque político do trabalhismo com o poder tradicional .....	31
5. CONCLUSÃO.....	45
REFERÊNCIAS .....	47

## 1. INTRODUÇÃO

A História de Alagoas é marcada pela presença política quase que constante das elites no controle do poder local. Muito embora a estrutura sociopolítica brasileira tenha se alterado ao longo dos anos, o território alagoano tem por tendência manter nas zonas de mando, os chefes locais que se encontram nelas desde a colonização. Da colônia para o Império, do Império para a República, os sobrenomes dos clãs familiares tradicionais continuaram a figurar o topo da política local.

Em Alagoas, participar da política local é uma coisa de família, costumeiramente passada de geração em geração. Com a República das Oligarquias (1894-1930) sendo a estrutura principal do cenário político nacional, as famílias tradicionais alagoanas ampliaram ainda mais seu poder e sua influência sobre as diversas áreas do Estado.

E mesmo com a ruptura do sistema político, após a chamada Revolução de 1930, as elites alagoanas conseguiram não só sobreviver ao novo sistema, como se adaptar a ele e permanecer nos cargos de poder. Ainda que houvessem várias figuras e grupos políticos alinhados com as novas tendências, a chegada ao poder se dava apenas para aqueles que faziam parte das oligarquias tradicionais.

Entre governadores e interventores, a Era Vargas (1930-1945) se passou com as elites sendo perpetuadas no poder. Contudo, é nesse período que os primeiros sinais das leis e práticas trabalhistas apareceram e já encontraram opositores entre os donos do poder, que enraizados numa tradição escravocrata não aceitavam de pronto as mudanças na relação quase servil do trabalho em Alagoas.

Apesar da chegada do Período Democrático (1945-1964) e da divisão dos grupos políticos em dois blocos: um mais liberal-conservador e outro trabalhista-desenvolvimentista, ainda serão os nomes das famílias tradicionais que figurarão os principais cargos. A grande mudança é a presença de Sebastião Marinho Muniz Falcão no governo do Estado entre 1956 e 1961.

O seu governo foi uma experiência nova para a realidade alagoana, diferente do que havia ali até então. Alinhado com as práticas trabalhistas e desenvolvimentistas, proeminentes no cenário nacional, seu governo será um momento de modernização e crescimento na aplicação das leis trabalhistas.

Ao contrário de seus antecessores que faziam parte das elites tradicionais, Muniz Falcão vinha de uma outra tradição política, ligada aos trabalhistas e as próprias leis trabalhistas, já que iniciou na vida pública como Delegado Regional do Trabalho. Sua proximidade com a

classe trabalhadora, fez com que ele chegasse a carreira política de deputado e governador, por uma via pouco usual em Alagoas: saído das entranhas das massas.

Mas essa projeção diferenciada, somada a sua ação que afrontava os poderes constituídos, tornou seu mandato conturbado, principalmente pelo episódio do *impeachment*, que no dia da votação culminou num tiroteio entre deputados governistas e oposicionistas, deixando um deputado morto e outros feridos. Demonstrando com isso, o quanto as elites tradicionais de Alagoas estavam dispostas a ir ao enfrentamento para aqueles a quem se opusessem.

O presente estudo surgiu da inquietação ao observar o diferencial que o governo de Muniz Falcão representou para a história alagoana, e ainda do pequeno quantitativo de trabalhos publicados acerca do tema, o que instigou ainda mais a produção visando questionamentos ainda não estabelecidos. E ainda de prestar uma contribuição a historiografia de Alagoas, com um trabalho voltado a uma História Política crítica, que possa encaminhar possíveis estudos futuros.

Aqui tem-se por objetivo principal estudar a conjuntura política e social do período de Muniz Falcão a frente do Executivo alagoano (1956-1961), com enfoque no processo de *impeachment* contra ele aberto, e em seus desdobramentos, e, ainda nas práticas trabalhistas do governador, que entraram para a historiografia tradicional como populista.

Obejtiva-se ainda, de maneira mais específica, debater acerca dos conceitos de populismo e trabalhismo, tendo por base a historiografia nacional produzida sobre o tema, verificando sua aplicabilidade, ou a falta dela, na realidade alagoana. Constatar o impacto sociopolítico do processo de *impeachment* na realidade alagoana, e a repercussão que o mesmo causou em outras partes do país, observando-a por meio de jornais de outros Estados.

E ainda, analisar os grupos políticos do cenário local, percebendo suas convergências e dissidências, e a participação dos mesmos dentro do processo de *impeachment*, seja fomentando-o, ou opondo-se ao mesmo. Com base nesses objetivos o texto foi dividido em três partes que ao buscar cobrir partes específicas da pesquisa, formam, quando somadas, um todo que fornece um panorama acerca dessa presença trabalhista em Alagoas e os enfrentamentos pelos quais passou.

No primeiro capítulo, “Oligarquias, tensões e crises: o contexto histórico alagoano e a trajetória de Muniz Falcão”, buscou-se compreender contexto histórico da política alagoana, identificando as raízes de formação das elites oligarquicas dentro do alvorecer da República brasileira. Percebendo as adaptações que as mesmas tiveram que realizar diante das rupturas que o sistema republicano passou após 1930 e mais uma vez após 1945, e, ainda o contexto de

inserção de Muniz Falcão na política alagoana e seus embates com as elites que amiúde ocupavam os cargos de poder no Estado.

Para tal tarefa, amparou-se nos trabalhos de Cícero Pericles de Carvalho, “Formação Histórica de Alagoas”<sup>1</sup>, que traça um panorama geral do contexto histórico estadual, e na obra de Douglas Apratto Tenório, “A tragédia do populismo: o impeachment de Muniz Falcão”<sup>2</sup>, que se debruça sobre a formação política de Alagoas. E ainda em outro trabalho de Tenório, “Metamorfose das oligarquias”<sup>3</sup>, para explicar as estratégias de adaptação das elites alagoanas.

Já o segundo capítulo, “A tragédia da tragédia do populismo: um debate conceitual”, busca-se estabelecer um debate conceitual acerca dos temas de populismo e trabalhismo. Tendo em vista que a principal obra acerca da temática é livro, *A tragédia do populismo*, de Tenório, onde o mesmo define o populismo como uma prática e projeto político de Muniz Falcão, sendo esse um fenômeno comum em países da América Latina, ocorrendo na transição da sociedade agrária para urbana.

Essa perspectiva é percebida como proveniente de uma corrente de produção da segunda metade do século XX, que tem como principal expoente Octávio Ianni, na obra “O colapso do populismo”<sup>4</sup>. Pretende-se demonstrar o alinhamento do trabalho de Tenório com essa vertente historiográfica/sociológica, e como o mesmo pode vir a não responder completamente sobre a realidade política do governo estudado.

Entretando, procurou-se definir, neste trabalho, as práticas de Muniz Falcão como parte de um movimento político da época: o trabalhismo, para tal amparou-se na obra de Angela de Castro Gomes, “A invenção do trabalhismo”<sup>5</sup>, a fim de conceituar o mesmo, e o trabalho de Jorge Ferreira e Daniel Aarão Reis, presentes na coletânea “O populismo e sua história: debate e crítica”<sup>6</sup>, organizada pelo próprio Jorge Ferreira, dando base para uma compreensão da construção do conceito de populismo como pejorativo político, e como o mesmo virá a ser utilizado pelas ciências sociais como conceituador de vários projetos do Período Democrático (1945-1964).

Por fim, o terceiro capítulo visa analisar o processo de *impeachment* em si, compreendendo as articulações entre as elites oposicionistas que iniciaram o processo contra o

---

<sup>1</sup> CARVALHO, Cícero Pericles de. **Formação Histórica de Alagoas**. 3ª ed. – Maceió: EDUFAL, 2015.

<sup>2</sup> TENÓRIO, Douglas Apratto. **A tragédia do populismo: o impeachment de Muniz Falcão**. 2ª ed. – Maceió: EDUFAL, 2007.

<sup>3</sup> TENÓRIO, Douglas Apratto. **Metamorfose das oligarquias**. 3ª ed. – Maceió: EDUFAL: CESMAC, 2018.

<sup>4</sup> IANNI, Octávio. **O colapso do populismo no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

<sup>5</sup> GOMES, Angela Maria de Castro. **A invenção do trabalhismo**. 3ª Ed. – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

<sup>6</sup> FERREIRA, Jorge. (Org.). **O populismo e sua história: debate e crítica**. 3ª Ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

governador, a participação de membros do principal partido da corrente liberal-conservadora a nível nacional, auxiliando seus correligionários locais, e, ainda as estratégias e ações de defesas de Muniz Falcão e seus apoiadores perante todo o processo.

Para essa etapa voltou-se a utilizar as obras já citadas de Carvalho e de Tenório (no caso desse último apenas, *A tragédia do populismo: o impeachment de Muniz Falcão*). Compreende ainda a repercussão que o episódio fatídico da votação teve em outras partes, analisando por meio dos jornais: *Correio da Manhã*, do Rio de Janeiro, e o *Diário de Pernambuco*, de Recife. Ambos acessados por meio de sua versão digitalizada disponível na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional<sup>7</sup>.

Os periódicos são utilizados ainda como fontes primárias a fim de compreender o processo de impeachment por relatos escritos no desenvolver do momento histórico. Para isso, atentou-se para os métodos de questionamento de fontes indicados por Tânia Regina de Luca, em seu artigo, “História dos, nos e por meio dos periódicos”<sup>8</sup>, presente na coletânea “Fontes Históricas”, organizada por Carla Bassanezi Pinsky.

E, com a junção de todo o trabalho pretende-se poder contribuir na ampliação do campo historiográfico alagoano, construindo uma histórica crítica acerca do governo de Muniz Falcão, seus particulares, especificidades e semelhanças com os demais contemporâneos, e entender as rupturas e continuidades deixadas pelo mesmo como marca histórica.

---

<sup>7</sup> Para mais informações acessar o site: **Hemeroteca Digital**. Disponível em: <<https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>>. (Acesso em 30 jan. 2020, às 23:28).

<sup>8</sup> LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi. **Fontes históricas**. 3ª ed. São Paulo: Contexto, 2015.

## 2. OLIGARQUIAS, TENSÕES E CRISES: o contexto histórico alagoano e a trajetória de Muniz Falcão

Na manhã da Sexta-feira, dia 13 de setembro de 1957. A Assembleia Legislativa Estadual de Alagoas foi palco de um tiroteio que deixou um deputado morto e vários feridos entre parlamentares estaduais opositores, um jornalista e um funcionário da casa. O motivo: a votação do primeiro processo de *impeachment* do país em mais de sessenta anos de República.

A tensão na política alagoana era clara e não era uma realidade nova. As forças oligárquicas que detinham o poder no Estado, desde os tempos coloniais, já possuíam práticas violentas muito antes do referido episódio<sup>9</sup>. Dessa forma como define Tenório: o que acontece não é a simples disputa partidária, mas o impacto sangrento entre clãs familiares que se entredevoram para manter a hegemonia nas áreas que dominam<sup>10</sup>.

Um governo de forte tendência trabalhista, como o de Muniz Falcão, alinhado ao cenário político nacional governista, enfrentava no âmbito local forte oposição. Alagoas, que tinha por principal característica socioeconômica sua forte ligação com a agropecuária, de vertente agroexportadora, tinha em suas elites uma forte resistência a mudanças, principalmente aquelas voltadas às classes marginalizadas do poder.

Muniz Falcão era para Alagoas uma experiência ainda inédita, era o primeiro momento em que o cargo do executivo estadual era ocupado por alguém que não era proveniente das elites tradicionais. Nas palavras de Tenório:

Pela primeira vez, na violenta e tumultuada vida da pequena unidade da federação, um governo saído das entranhas das massas exercitou com maestria o populismo, dentro de um quadro nacional favorável ao desenvolvimento, ousando confrontar-se com as elites e a aristocracia estadual, secularmente encasteladas nas suas cidadelas de mando e sempre controlando as rédeas do poder local<sup>11</sup>.

Dessa forma era de se esperar que o governo de Muniz Falcão fosse, ao menos incômodo, às oligarquias tradicionais. E tornou-se ainda mais indigesto para elas ao projetar mudanças modernizantes no contexto socioeconômico alagoano, atrevido-se, para isso, tocar na produção agrícola local, que, – principalmente a cana de açúcar – eram controlados pelas mesmas oligarquias.

<sup>9</sup> Dentre os vários conflitos violentos ocorridos em Alagoas podemos citar o embate entre Lisos e Cabeludos, a saída do Barão de Traipu do governo e o Cangaço que marcharam de sangue o território alagoano ao longo de sua história. Para mais informações ver: CARVALHO, Cícero Pericles de. **Formação Histórica de Alagoas**. 3ª ed. Maceió: EDUFAL, 2015.

<sup>10</sup> TENÓRIO, Douglas Apratto. **A tragédia do populismo: o impeachment de Muniz Falcão**. 2ª ed. – Maceió: EDUFAL, 2007, p. 85.

<sup>11</sup> Ibidem, p. 13.

Com isso é possível perceber que o governo Muniz Falcão entrou em rota de irreversível colisão com as oligarquias quando instituiu a Taxa Pró-Economia, de Educação e Saúde, atingindo o açúcar, principal produto da economia local<sup>12</sup>. Com isso, a Assembleia Legislativa Estadual, que era majoritariamente formada por representantes dessas oligarquias entrou em choque político com o governador, o que culminou no fatídico episódio da votação do *impeachment*.

Contudo, uma pergunta que pode ser feita é: como essas oligarquias, que surgidas ainda na colônia, tiveram força política para resistir às várias rupturas de sistemas políticos que a realidade brasileira passou? Elas se adaptavam aos novos tempos, mesmo com fortes mudanças na estrutura nacional, pois esse comportamento camaleônico explica a “metamorfose das oligarquias”, de monarquistas em republicanos e, da mesma forma em revolucionários de 1930<sup>13</sup>.

Um dos primeiros momentos nos quais as oligarquias alagoanas puseram à prova seu poder de adaptabilidade foi a transição do Império para a República, em que eram majoritariamente favoráveis ao regime imperial. E apesar de capitaneada por um conterrâneo, causou surpresa às lideranças locais<sup>14</sup>, que não foram envolvidas à priori no movimento, mas tão logo perceberam que o novo sistema se instalara efetivamente, buscaram se adaptar ao mesmo.

Assim sendo, os quadros políticos não se alteraram expressivamente, pois a derrubada da monarquia representou avanços na política nacional e local, mas não mudou significativamente a estrutura de poder<sup>15</sup>. E esse predomínio dos grupos oligárquicos no controle político alagoano ficou ainda mais nítido a partir do governo presidencial de Prudente de Moraes, quando o coronelismo e a política dos governadores ganharam mais força no âmbito nacional e local.

Os clãs familiares que controlavam as atividades produtivas ligadas à terra, principalmente nas regiões mais interioranas, eram aqueles que tinham espaço na disputa pelo poder, refletindo nas escolhas dos chefes do executivo estadual. Os governadores da Primeira República tinham traços em comum: a origem social nos estamentos dominantes, o apoio nas oligarquias municipais e seus compromissos com o mundo político conservador<sup>16</sup>.

---

<sup>12</sup>TENÓRIO, Douglas Apratto. op. cit., p. 16.

<sup>13</sup>CARVALHO, Cícero Pércles de. op. cit., p. 292.

<sup>14</sup> Ibidem, p. 238.

<sup>15</sup> Idem, p. 238.

<sup>16</sup> Ibidem, p. 240.

Com isso, Alagoas solidificou seus primeiros anos de vida republicana com uma essência baseada na hegemonia política das elites agrárias. Esse modelo de política característico desse momento do cenário nacional é bem definido por Tenório, ao explicar sobre a forma de governar de Euclides Malta<sup>17</sup>:

Seu modo de agir vai repetir-se com os demais grupos oligárquicos estaduais: controle partidário, controle dos órgãos municipais, prática clientelista, nepotista e patrimonialista, garroteando qualquer tentativa de oposição. Os protestos de grupos preteridos pela própria oligarquia são abafados e contornados pela habilidade do caudilho sertanejo<sup>18</sup>.

É esse o *modus operandi* que tomou conta da prática política do chefe do executivo estadual, de maneira mais clara, até a mudança do modelo republicano, após a então chamada revolução de 1930, quando as oligarquias se enfraqueceram nas várias partes do país. Contudo, permaneceram se metamorfoseando a fim de se perpetuarem no poder em Alagoas.

Até mesmo o processo eleitoral, da maneira como se encontrava constituído, fazia com que as oligarquias se mantivessem no poder, tanto no executivo como ocupando as vagas legislativas estadual e federal. Com fraude generalizada em todas as fases do processo, as eleições, além de não traduzirem as preferências do eleitorado, serviam para legitimar o controle do parlamento e do governo pelas oligarquias locais<sup>19</sup>.

As regras do jogo só foram moderadamente alteradas com a chamada revolução de 1930, que trouxe para o tabuleiro político novas questões e problemáticas, e com isso novas demandas na forma de se fazer política. Tal como explica Carvalho:

No âmbito nacional, a Revolução de 1930 assinalava o fim do Estado oligárquico criado na proclamação da República. As oligarquias rurais e a burguesia comercial, ligadas ao setor exportador, perdiam o controle exclusivo do poder político para as classes urbanas emergentes, como empresários industriais e a classe média, interessados na modernização do país<sup>20</sup>.

Entretanto, dentro do território alagoano, as mudanças não foram tão palpáveis, principalmente no quesito dos detentores do poder político estadual, pois a Revolução de 1930 não significava um movimento de ruptura total com as antigas práticas políticas oligárquicas, mas um novo tipo de aliança<sup>21</sup>, fazendo com que os clãs familiares ligados às atividades agroexportadoras se mantivessem como líderes políticos de suas respectivas regiões.

<sup>17</sup> Euclides Malta foi deputado estadual, deputado federal e senador. Por duas vezes foi eleito governador do Estado de Alagoas, conseguindo assim se perpetuar no poder de sua primeira eleição em 1900 até 1912.

<sup>18</sup> TENÓRIO, Douglas Apratto. **Metamorfose das oligarquias**. 3ª ed. Maceió: EDUFAL: CESMAC, 2018, p. 78.

<sup>19</sup> CARVALHO, Cícero Pericles de. op. cit., p. 251.

<sup>20</sup> Ibidem, p. 290.

<sup>21</sup> Ibidem, p. 291.

Até mesmo o executivo estadual, ocupado por interventores nomeados pelo governo central que será a ponte para exercer as ordens no novo modelo de república vigente, ainda encontrou em seus quadros os nomes das famílias tradicionais da elite alagoana. Um dos maiores exemplos é o general Pedro Aurélio de Góis Monteiro, que mesmo sem pisar em Alagoas, passou a ser o grande árbitro da política local<sup>22</sup>.

Isso se deve principalmente ao caráter socioeconômico do cenário alagoano das décadas de 1930 e 1940, que sem a presença organizada das forças modernizantes – classe média, trabalhadores e empresariado urbanos –, a Revolução foi absolvida pelos gestores tradicionais<sup>23</sup>. E o caso mais notório é da família Góis Monteiro que estava sempre presente na política estadual junto com seus aliados políticos que formavam uma camada de políticos conservadores.

Mesmo a oposição ao grupo que se solidificou no poder tem entre um de seus líderes, Silvestre Péricles, que embora encarasse de maneira contraditória os que estavam no poder, era ele também um membro da família Góis Monteiro. E era o grupo silvestrista que, revoltado, dizia que Alagoas era o único Estado em que as forças vitoriosas do movimento de 30 não ocuparam o poder, pois viviam nas mãos dos próprios elementos que a Revolução combatera<sup>24</sup>.

Foi justamente durante esse período de predominância política da família Góis Monteiro que um de seus membros trouxe para Alagoas Muniz Falcão para tentar vencer as enormes barreiras que impediam a implantação da legislação trabalhista no ultraconservador Estado<sup>25</sup>.

Pernambucano, natural de Ouricuri, graduado em Direito, já havia sido Delegado Regional do Trabalho em Sergipe e Bahia<sup>26</sup>, e veio a Alagoas a convite de Ismar de Góis Monteiro para ocupar esse mesmo cargo, a fim de trazer para o território alagoano a legislação trabalhista, que era uma das grandes propagandas do governo estadonovista de Getúlio Vargas.

A resistência que enfrentaria das elites tradicionais ao ocupar tal cargo já se desenhava claramente numa região onde os traços deixados pela escravidão ainda eram visíveis com predominância do trabalho servil; portanto a implantação de uma legislação trabalhista assumia um caráter modernizante e subversivo<sup>27</sup>. Mas, mesmo assim, é a partir de seu trabalho como

---

<sup>22</sup> “[...] Filho de um proprietário de engenho de açúcar, o general Pedro Aurélio foi o mais importante militar do governo chefiado por Getúlio Vargas durante quase duas décadas”. CARVALHO, Cícero Péricles de. op. cit., pp. 292-293.

<sup>23</sup> Ibidem, p. 294.

<sup>24</sup> TENÓRIO, Douglas Apratto (2007), op. cit., p. 102.

<sup>25</sup> Ibidem, p. 103.

<sup>26</sup> Sebastião Marinho Muniz Falcão. In: **CPDOC**, Fundação Getúlio Vargas, Dicionário, Verbetes Biográficos. Disponível em <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/sebastiao-marinho-muniz-falcao>>. Acesso em 24 de janeiro de 2020, às 14:36.

<sup>27</sup> CARVALHO, Cícero Péricles de. op. cit., p. 298.

Delegado Regional do Trabalho que irá conquistar espaço político e até mesmo alianças no cenário local. Pois é nessa função que Muniz realiza o supremo acinte aos desígnios senhoriais ao “falar em salários mais condignos, descanso semanal remunerado, estabilidade, assistência social e outras conquistas”<sup>28</sup>. Esse posicionamento do delegado lhe trouxe um certo prestígio político, principalmente entre os trabalhadores e as esquerdas, que compuseram um forte eleitorado para seus primeiros dois mandatos como deputado federal. Como deputado, Muniz Falcão se aproximou mais das ideias trabalhistas dentro de um cenário nacional, o que possibilitou uma compreensão de suas posturas e programas quando chegou ao governo estadual.

Outro marco importante foi a transformação do sistema republicano, mais uma vez, após 1945, quando o Estado Novo chegou ao fim dando espaço para uma República democrática. Mais uma vez as regras do jogo político foram modificadas nessa nova realidade pós-1945. Pela primeira vez na história do país, surgem os partidos nacionais, formando uma estrutura partidária com características novas, cujos os traços perduraram até o advento do regime militar de 1964<sup>29</sup>. E mais uma vez, as elites tradicionais alagoanas se adaptaram a esse novo modelo.

Além do surgimento dos partidos nacionais, aconteceu em Alagoas, a exemplo do resto do país, um amplo crescimento e modificação do perfil do eleitorado, o que também modificou as estruturas eleitorais, como explica Carvalho:

Na segunda metade do século XX, o eleitorado cresceu mais rapidamente, como foi o caso de 1950, quando o número de votantes em relação a população total passou de 3% para 13%, comparado ao eleitorado do começo do século, tornando, assim, mais complexa e difícil a tarefa de controle dos “currais eleitorais”, a base da política local<sup>30</sup>.

Com isso, a partir de 1945, se formaram em Alagoas dois blocos, que representavam os grupos políticos já existentes mas adaptados à nova realidade política: de um lado, as elites agrárias tradicionais reunidas em torno da vertente local da União Democrática Nacional (UDN), de outro, grupos mais alinhados com o desenvolvimentismo e o trabalhismo, reunidos nos vários partidos, como: Partido Trabalhista Brasileiro (PTB)<sup>31</sup> e no Partido Social Progressista (PSP).

---

<sup>28</sup> CARVALHO, Cícero Péricles de. op. cit., p. 298.

<sup>29</sup> TENÓRIO (2007), Op. cit., pp. 112-113.

<sup>30</sup> CARVALHO, Cícero Péricles de. op. cit., p. 296.

<sup>31</sup> É importante frisar aqui que ao contrário do cenário nacional, em Alagoas o PTB não se solidificou como principal liderança do movimento trabalhista. No âmbito local, os grupos trabalhistas estavam mais identificados com figuras políticas específicas, como é o caso de Muniz Falcão, do que pelos grandes partidos políticos nacionais.

Esses blocos (conservador e trabalhista) passaram a se enfrentar nas eleições para vários níveis. Dentro dessas disputas, as eleições para governador representavam o momento maior na disputa pela hegemonia política no Estado. Todos os grupos, instituições e lideranças se posicionavam diante de cada eleição<sup>32</sup>. A primeira delas, durante o período democrático, foi vencida por Silvestre Péricles, que se encontrava mais alinhado com o bloco trabalhista.

Muito embora inaugure o cargo de executivo estadual numa realidade democrática vivida pelo país, Silvestre realizou um governo marcado pela instabilidade e pelos conflitos entre ele e os demais poderes. Perseguiu a oposição da esquerda, empastelava jornais, prendia jornalistas, ao mesmo tempo que não era o governo do polo conservador<sup>33</sup>.

A chegada de Silvestre Péricles ao poder demarcava a divisão da política estadual, e ainda a primeira vitória do bloco mais ligado ao trabalhismo sobre o bloco liberal-conservador, que tinha domínio tradicional do poder executivo alagoano, deixando claro que as regras do jogo estavam mais abertas à disputa. Como afirma Tenório:

A vitória de Silvestre na primeira eleição constitucional direta para governador em Alagoas surpreendeu os convencidos udenistas que subestimaram a força da antiga máquina oficial e a penetração do populismo entre as massas urbanas, mesmo no calor da redemocratização<sup>34</sup>.

Ainda que fosse o representante do bloco trabalhista, provinha da Aristocracia canavieira empobrecida, era Silvestre Péricles rebento dos poderosos Góis Monteiro<sup>35</sup>, dessa forma, ainda que com uma perspectiva mais progressista, as famílias da elite se perpetuavam no poder. Por isso que seus opositores das oligarquias conservadoras, ao se referir a seu governo por meio da imprensa oficial, batizou-o de “união da aristocracia com a canalha”<sup>36</sup>.

Muito embora seja membro dos clãs tradicionais alagoanos, Silvestre Péricles foi a porta de entrada na política para outros indivíduos que não eram oriundos desses mesmos grupos, conforme explica Tenório:

Silvestre, que mais adiante irá incorporar às suas hostes Muniz Falcão, dentre outros desconhecidos do mundo oficial local, adotara o discurso ideológico do tenentismo nacional. [...] enfrentando os perpétuos detentores do poder, somado às suas esquisitices e às suas histrionices, este se faz credor de uma forte simpatia popular, tornando-se um líder carismático da política alagoana<sup>37</sup>.

---

<sup>32</sup> CARVALHO, Cícero Péricles de. op. cit., p. 296.

<sup>33</sup> Ibidem, p. 297.

<sup>34</sup> TENÓRIO, Douglas Apratto (2007). op. cit., p. 159.

<sup>35</sup> Ibidem, p. 124.

<sup>36</sup> Ibidem, p. 154.

<sup>37</sup> Ibidem, pp. 189-190.

Contudo, a atuação ferrenha do governador contra as oposições tanto de esquerda, quanto as camadas mais conservadoras encabeçadas pela UDN, deixou-o politicamente isolado, e com isso, impossibilitou a continuidade de sua chapa no executivo estadual. Aproveitando esse momento, a oposição lançou o nome de Arnon de Mello como candidato.

Aliado e representante das elites tradicionais, Arnon de Mello e os políticos da UDN utilizaram das mídias locais de uma maneira inovadora de *marketing* eleitoral para competir com vantagem nas eleições. Aliás, a propaganda, com sua linguagem simbólica diante das necessidades e aspirações, foi utilizada à larga escala pelo candidato vitorioso<sup>38</sup>.

O governo de Arnon de Mello passou pelas transformações modernizantes nacionais, obras de infraestrutura, crescimento do suporte educacional público e até mesmo financiamento para a agroindústria local. Tenório demonstra como isso indica ser mais um movimento nacional para a década de 1950 e de que forma o governo alagoano se inseriu nesse contexto:

O governo Arnon de Mello era partidariamente oposição ao governo varguista, mas, igualmente ao governo Muniz Falcão na segunda fase da década, não foi excluído das benesses orçamentárias federais nem de investimentos em setores estratégicos, em busca da estruturação de Estado economicamente forte e ativo<sup>39</sup>.

Foi um governo que buscou romper com o modelo silvestrista, mas que não provocou um forte impacto de mudança na realidade socioeconômica alagoana, tendo em vista que era uma representação de um dos grupos mais conservadores no poder. Arnon assumiu e não conseguiu realizar duas promessas de campanha: diminuição da violência e crescimento da economia<sup>40</sup>.

Dessa forma a UDN seguiu para o pleito eleitoral confiante de sua possibilidade de vitória ao lançar Afrânio Lages como candidato. Porém, a oposição surpreendeu ao lançar Muniz Falcão, um nome popular e carismático que a essa altura já havia se solidificado na política alagoana, principalmente entre a classe trabalhadora, como demonstra Tenório:

A exaltação e a combatividade do ex-delegado do Trabalho no confronto com as classes intocáveis construíram uma espécie de lenda entre os mais humildes, edificada sob o seu carisma, e já ocupa, desde a década de 30, um espaço consolidado no território da política alagoana<sup>41</sup>.

Com isso, Muniz Falcão despontou como um candidato forte, e com um eleitorado numeroso e cada vez mais ele incorporava a imagem do “príncipe” corajoso, educado, sensível ao sofrimento dos humildes e disposto a construir um Estado com maior justiça e

<sup>38</sup> TENÓRIO, Douglas Apratto (2007). op. cit., p. 28.

<sup>39</sup> Ibidem, pp. 34-35.

<sup>40</sup> CARVALHO, Cícero Pércles de. op. cit., p. 298.

<sup>41</sup> TENÓRIO, Douglas Apratto (2007). op. cit., p. 193.

oportunidades<sup>42</sup>. E com isso, em 1955, a vitória tida como absolutamente certa da candidatura de Afrânio Lages foi frustrada com a eleição de Muniz Falcão, pela aliança PSP-PSD-PTB, com apoio dos comunistas<sup>43</sup>.

A ascensão desse político trabalhista ao poder pode ser compreendida ainda por meio de uma análise da situação política e social da década de 1950, em Alagoas, que é definida por Tenório como:

A consolidação de uma conjuntura de emergência das classes populares, e ao mesmo tempo a afirmação das forças nacionalistas e democráticas, cultoras do Estado forte, o que dá um novo contexto ao anquilosado cenário político local, sempre nas mãos das oligarquias centenárias<sup>44</sup>.

A partir desse momento surgiu um novo governo inaugurando uma gestão do executivo estadual fortemente alinhada ao trabalhismo nacional. Mais uma vez, podemos observar a análise de Tenório:

A vitória de Muniz Falcão, em 3 de outubro de 1955, quebrou uma sequência de famílias tradicionais, criando um clima de insatisfação e inconformismo, carregando-se forças poderosas para tirar os louros da vitória do humilde forasteiro de Araripina, que há muito ousava bater de frente contra o predomínio das oligarquias locais<sup>45</sup>.

Mas, mesmo com a vitória política, sua atuação seria dificultada por uma oposição do bloco conservador que conseguiu maioria na Assembleia Legislativa estadual, apoiada pelo quadro geral da UDN no restante do país. Formou-se assim, uma rede de intrigas tecida localmente e manipulada com eficiência lá fora, com auxílio da poderosa facção partidária nacional, que construía uma imagem diabólica do governador e de sua administração<sup>46</sup>.

As elites tradicionais alagoanas, que por séculos estiveram a frente do poder local, e em mais de sessenta anos de República, mantinham sempre um de seus nomes (ainda que com várias disputas e dissidências entre elas) no posto de governador do Estado, viam agora ascender a esse cargo alguém que não só não fazia parte dos clãs consagrados na política local, como ousava desafiá-los desde sua atuação como Delegado Regional do Trabalho.

E como se não bastasse a afronta que Muniz Falcão representava para as oligarquias alagoanas, os chefes políticos das mesmas buscavam mais bases para solidificar sua oposição ao novo governador. Nesse sentido, o espantinho do populismo, do esquerdismo e do

---

<sup>42</sup> TENÓRIO, Douglas Apratto (2007). op. cit., p. 194.

<sup>43</sup> Ibidem, p. 119.

<sup>44</sup> Ibidem, p. 186.

<sup>45</sup> Ibidem, p. 108.

<sup>46</sup> Idem, p. 108.

comunismo serviu para atrair os adversários partidários e fundi-los num bloco para derrubar o governo constitucional<sup>47</sup>.

Entretanto, mesmo com uma forte oposição contra seu governo, e com o tribulado processo de impeachment contra si, buscou ampliar as bases democráticas do período em Alagoas. No âmbito político, “foi um governo profundamente democrático. Em Alagoas, naqueles tempos, nenhum governo foi mais democrático e mais civil que o de Muniz Falcão”<sup>48</sup>.

Teve também como característica marcante a busca pela modernização, seguindo o plano nacional-desenvolvimentista pelo qual o país atravessava na gestão presidencial contemporânea, a de Juscelino Kubitschek (1956-1961). Nesse sentido, fundou empresas públicas<sup>49</sup>, ampliou a infraestrutura e lançou o primeiro plano de desenvolvimento regional e um programa de eletrificação<sup>50</sup>.

Porém, a ação do governo que ganhou maior destaque foi a tentativa de instituição da Taxa Pró-Economia, Educação e Saúde, que teria sido a primeira iniciativa na história alagoana de uma participação financeira efetiva da economia local no desenvolvimento social<sup>51</sup>. E será essa ação que levará o governo a entrar em choque, ainda maior do que o esperado, com as oligarquias tradicionais levando ao conturbado processo de *impeachment* (que virá a ser explanado com mais afinco nos próximos capítulos).

Essas atuações de Muniz Falcão demonstram sua conexão com o processo de mudanças que o país respirava e que ele sempre defendera ao longo de sua carreira<sup>52</sup>. Ele entrara em contato com essa vertente ainda em sua atividade como Delegado Regional do Trabalho, e intensificado ainda mais ao tornar-se deputado federal, aproximando-se dos projetos nacionais.

Em resumo, pode-se perceber que dentro da história política alagoana o governo de Muniz Falcão passou a ser destacado, principalmente por seu caráter diferente do que era tradicional no quadro político local até então. E a partir dessa experiência, ele consolidou uma imagem de um administrador dinâmico, identificado com as bandeiras populares e atento às demandas de grupos políticos e econômicos até então marginalizados pelo pacto de poder dominante<sup>53</sup>.

<sup>47</sup> TENÓRIO, Douglas Apratto (2007). op. cit., p. 120.

<sup>48</sup> LINDOSO, Dirceu. Apud CARVALHO, Cícero Péricles de. op. cit., p. 299.

<sup>49</sup> Dentre as empresas públicas fundadas no governo Muniz Falcão podemos destacar a Companhia de Desenvolvimento de Alagoas – CODEAL.

<sup>50</sup> CARVALHO, Cícero Péricles de. op. cit., p. 299.

<sup>51</sup> Ibidem, p. 299.

<sup>52</sup> TENÓRIO, Douglas Apratto (2007). op. cit., p. 186.

<sup>53</sup> MOTTA, Marly Silva. Apud CARVALHO, Cícero Péricles de, op. cit., p. 300.

Todavia, a maior parte da historiografia que trata do governo de Muniz Falcão e de suas práticas políticas amiúde refere-se a elas com o pejorativo termo de populismo, inclusive enquadrando-as como semelhantes (ou até mesmo continuadoras) de outras práticas também historiograficamente denominadas populistas, como é o caso na esfera local do governo Silvestre Péricles, e no âmbito nacional de Getúlio Vargas e João Goulart.

O próximo capítulo visa estabelecer um debate acerca da categoria de populismo e como as práticas trabalhistas acabam sendo taxadas na historiografia nacional e também alagoana como populistas. Pretende-se também conceituar o trabalhismo e tentar perceber na atuação política de Muniz Falcão práticas que possam ser identificadas com o trabalhismo enquanto projeto político nacional.

### 3. A TRAGÉDIA DA TRAGÉDIA DO POPULISMO: um debate conceitual<sup>54</sup>

Quando se trata do primeiro *impeachment* do Brasil, ocorrido em 1957, em Alagoas, o principal trabalho que se tornou clássico acerca do tema foi “A tragédia do populismo: o impeachment de Muniz Falcão”, de Douglas Apratto Tenório. Obra que teve sua primeira edição publicada em 1995, tem sido não apenas a principal referência sobre esse processo histórico, como também é por meio dela que a imagem do governador Muniz Falcão, seu governo e seus projetos políticos foram conhecidos academicamente.

Contudo, ao analisarmos a obra de Tenório, percebe-se que ao se referir às características do programa político e atuação do governador em questão ele o definirá como populista. E ainda mais, essa característica será apontada como um legado de populismo que no estado de Alagoas estaria presente desde o governo de Silvestre Pércles (1947-1951), e no país representado por Getúlio Vargas e seus aliados políticos.

Já nas primeiras páginas de seu trabalho, empenhou-se em definir o que vem a ser o populismo. Sob sua visão, o fenômeno do populista corresponde a uma manipulação das massas por parte do líder, mas também corresponde à satisfação de aspirações longamente acalentadas<sup>55</sup>. Uma das primeiras coisas que pode ser observada é que para Tenório, o populismo trata-se mais que um fato histórico datado, mas um fenômeno político capaz de se repetir em outros contextos.

Desde o título da obra, percebe-se que Tenório tem por objetivo enquadrar as práticas políticas de Muniz Falcão como populistas, que seria essa forma de realizar política a partir da manipulação das massas, cedendo-as algumas de suas demandas em troca de apoio político. Então, dessa forma, o governador alagoano teria tido, na visão do autor, essa postura para com as camadas populares de Alagoas.

Entretanto, populismo ou político populista são termos que ao serem utilizados para caracterizar determinados sujeitos históricos ou um grupo político, faz com que se perca de vista as especificidades de cada projeto político que eles representam. Trata-se de um conceito elástico, capaz de abarcar inúmeros projetos que tenham de alguma forma uma proximidade e apoio popular.

---

<sup>54</sup> O título refere-se a um trocadilho, ao criticar a noção de populismo apresentada na obra de Douglas Apratto Tenório, como ele afirmou ser “a tragédia do populismo”, sua crítica seria a “Tragédia da Tragédia”. O que foi inspirado pelo trabalho feito por Daniel Aarão Reis, que ao criticar a obra O colapso do populismo, de Octávio Ianni, intitulou sua obra de “O colapso do colapso do populismo”. Para mais informações ver REIS FILHO, Daniel Aarão. O colapso do colapso do populismo. In: FERREIRA, Jorge (Org.). **O populismo e sua história: debate e crítica.** – 3ª Ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013, p. 353.

<sup>55</sup> TENÓRIO, Douglas Apratto. op. cit., p. 21.

Por encaixar-se em qualquer figura política e remeter a ideia de manipulação das massas, o termo irá ganhar cada vez mais uma conotação pejorativa, sendo utilizado geralmente por opositores a fim de depreciar um determinado sujeito ou projeto político. Nas palavras de Jorge Ferreira, o político populista, assim, surge como um personagem que agiria de má fé, mentindo e enganando o povo, sobretudo nas épocas de eleições, prometendo tudo e nada cumprindo<sup>56</sup>.

Portanto, se faz necessário aqui uma reflexão de quais motivos levariam Tenório a definir o governo e as práticas políticas de Muniz Falcão como representantes de um legado populista, fazendo com que essa imagem viesse a se tornar hegemônica na historiografia alagoana a partir de então. Convém então observar que a obra deste autor demonstra características básicas de uma historiografia da segunda metade do século XX, que definia as práticas políticas e os sujeitos que se mantiveram no poder durante o Período Democrático (1946-1964) como populistas.

Essa historiografia tornou-se preponderante no cenário das ciências sociais no Brasil e tinha como principal teórico Octávio Ianni, em sua obra “O colapso do populismo no Brasil”<sup>57</sup>. Esse livro trata do populismo como um fenômeno político que aconteceu na América Latina, sobretudo entre as décadas de 1950 e 1960, e que foi responsável por um enfraquecimento das esquerdas de cunho mais revolucionário, e, por conseguinte, o fortalecimento das direitas conservadoras.

Segundo a perspectiva de Ianni, o populismo seria um processo comum a diversas regiões que estariam passando por um período de transição de uma sociedade agrária e oligárquica para uma sociedade capitalista industrial. Nas palavras de Daniel Aarão Reis, ao analisar a obra de Ianni:

Trata-se de um modelo de desenvolvimento surgido no processo de transição de uma sociedade de base agrária para uma sociedade urbano-industrial. Fundamentado numa proposta de conciliação de classes, hegemônico pela burguesia industrial e conduzido pelo intervencionismo estatal e pelas lideranças carismáticas, Getúlio Vargas em particular. Os trabalhadores colhem benefícios – econômicos e políticos – é claro, mas nada de substancial. De modo geral são galvanizados e instrumentalizados, não tem voz no capítulo, e sua inconsciência é largamente devido a ação deletéria das lideranças carismáticas, à cumplicidade dos pelegos, e, acima de tudo, ao atrasado universo camponês de onde provém grande parte.<sup>58</sup>

Desse modo, podemos observar que Ianni define o populismo como um projeto político de fato, onde os líderes carismáticos adquirem o poder por meio de um grandioso apoio das

<sup>56</sup> FERREIRA, Jorge. Introdução. In: FERREIRA, Jorge. (Org.). **O populismo e sua história: debate e crítica**. 3ª Ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013, p. 7.

<sup>57</sup> IANNI, Octávio. **O colapso do populismo no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

<sup>58</sup> REIS FILHO, Daniel Aarão., Op. cit., p. 353.

massas e o mantém por meio de um governo que ainda favorece as elites, mas concederia às camadas populares, ou seja, a classe trabalhadora, algumas de suas muitas demandas, que para Ianni dentro de um quadro mais geral não surtiriam grande impacto de mudança na condição socioeconômica das massas.

Sendo assim, o político populista de Ianni lembra muito a figura que tudo promete e nada cumpre que Ferreira vem a afirmar como sendo um termo político pejorativo<sup>59</sup>, utilizado em larga escala nos períodos eleitorais a fim de deslegitimar adversários carismáticos diante da população. E esse tal político populista só conseguiria espaço em meio as massas devido à tradição rural da qual são provenientes, no caso do Brasil e de grande parte dos países da América Latina.

No tocante a essa lógica, podemos perceber que Tenório está bem alinhado com a corrente conceitual de Ianni ao demonstrar que, para o que ele define como político populista, o povo seria uma figura de retórica correspondente ao conjunto de pessoas despossuídas, o que equivale, na prática, à massa mobilizada pelo movimento e seu líder.<sup>60</sup>

O trabalho de Tenório apresenta aspectos bem semelhantes às bases teóricas lançadas por Ianni, pois defende a ideia de que o populismo ocorre numa situação de transição, isto é, na passagem da chamada sociedade tradicional agrária, pré-capitalista e atrasada, para a sociedade moderna capitalista, urbana e industrial<sup>61</sup>. Pode-se perceber que para esse autor o crescimento político do munizismo<sup>62</sup> em Alagoas seria uma consequência desse momento socioeconômico passado pelo estado.

Na interpretação dessa corrente historiográfica que terá como principal expoente, Octávio Ianni, o populismo vai além da popularidade e proximidade com as massas, que seria característica almejada por muitos políticos a partir do Período Democrático (1946-1964). O populismo seria uma característica negativa de um determinado projeto político – no caso de Ianni, a análise paira sobre o varguismo – que agiria de maneira maquiavélica para com a classe trabalhadora, utilizando-a como massa de manobra a fim de se perpetuar no poder.

Assim sendo, ser taxado de populista ou de aplicar o populismo foi, com o tempo, ganhando um caráter pejorativo, de um político manipulador. Nas palavras de Ferreira: o “populismo”, portanto, surgiu primeiro como uma imagem desmerecedora e negativa do adversário político, e somente depois como uma categoria explicativa de âmbito acadêmico<sup>63</sup>.

---

<sup>59</sup> FERREIRA, Jorge. op. cit., p. 7.

<sup>60</sup> TENÓRIO, Douglas Apratto. op. cit., p. 196.

<sup>61</sup> Ibidem, p. 20.

<sup>62</sup> Ibidem, p. 14

<sup>63</sup> FERREIRA, Jorge. op. cit., p. 9.

E como um adjetivo depreciativo, o termo será encaixado nos opositores de acordo com a necessidade da disputa política, não levando em consideração de qual tipo de projeto aquela figura realmente faz parte.

Ou seja, personagens de diferentes tradições políticas foram reduzidos a um denominador comum<sup>64</sup>, que é o de populista. E quando esse termo chega as Ciências Sociais, vem ainda carregado dessa visão de um projeto manipulador, que controlaria as massas por meio de seu projeto político populista, e impediria qualquer tipo de conscientização de classe, pois para Ianni nesse contexto histórico e ideológico, a esquerda brasileira ficou como que “aprisionada”. [...] O fato é que ela não foi capaz de transformar a política de massas numa política de classes<sup>65</sup>.

Aqui mais uma vez Tenório está alinhado com as ideias de Ianni ao enfatizar que o político populista está interessado num refreamento dos conflitos entre as classes, dando assim, segundo essa teoria, mais poder ao líder populista. Nas palavras de Tenório, o populismo contém uma clara propensão à diluição das fronteiras entre os diversos grupos componentes da sociedade, obscurecendo os limites de demarcação das classes sociais<sup>66</sup>.

Dessa forma, conforme essa concepção, as esquerdas não teriam conseguido conquistar a classe trabalhadora para os fins revolucionários que almejavam, pois essa massa havia sido cooptada pelos líderes carismáticos que exerciam o populismo, sendo Getúlio Vargas e seus continuadores as principais representações nacionais. E seria esse predomínio da chamada democracia populista que iria favorecer o crescimento e fortalecimento das camadas conservadoras que deram origem e apoio ao golpe de 31 de março de 1964.

Assim, no embate entre a cultura política da esquerda e a cultura política da democracia populista, ganhou a segunda. E, por tudo isto, a esquerda seria surpreendida com a vitória da ditadura militar, condenando-se à impotência frente a mudança do quadro histórico no Brasil<sup>67</sup>. Então, entende-se que o populismo seria um fator que ludibriou tanto a classe trabalhadora quanto as esquerdas, fazendo com que essas últimas participassem do jogo político democrático segundo as regras do populismo.

Para Ianni, os fatores que caracterizam o populismo, que vem a ser a política de substituição das importações, a caracterização do Brasil como potência autônoma, a política de massas, o dirigismo estatal, a política externa independente e a democracia populista<sup>68</sup>, teriam

---

<sup>64</sup> FERREIRA, Jorge. op. cit., p.10.

<sup>65</sup> IANNI, Octavio. op. cit., p. 103.

<sup>66</sup> TENÓRIO, Douglas Apratto. op. cit., p. 196.

<sup>67</sup> REIS FILHO, Daniel Aarão. op. cit., p. 356.

<sup>68</sup> Ibidem, p. 350.

retirado da classe trabalhadora – ou impedido de ter – uma consciência de classe, necessária para reagir frente ao fortalecimento das camadas conservadoras e ao próprio golpe que de fato se concretizou em 1964.

Dessa forma, os tais políticos populistas, conceituados por Ianni, seriam ímpares não só na explicação das ascensão da camada conservadora no país e com ela a instauração da Ditadura Civil-Militar (1964-1985), como também no motivo central pelo qual as esquerdas não tiveram o poder de reação esperado ao golpe, e demoraram tantos anos para se organizar em torno de uma luta armada contra o regime ditatorial instaurado.

Contudo, pode-se perceber que essa classificação do populismo legitimou ainda mais a ideia de um elemento político de caráter pejorativo, e contribuir para que inúmeros projetos políticos se percam em função de um único conceito. A noção de “populismo” tornou-se tão elástica e, de certo modo, a-histórica, que passou a explicar tudo – e como ocorre nesses casos, a explicar muito pouco<sup>69</sup>.

Como a obra de Ianni se tornou uma das principais referências acerca dos grupos políticos do Período Democrático (1946-1964), foi frequente a caracterização destes e de outros políticos futuros como populista. Fez, inclusive, com que por muitos anos esse período aparecesse em livros didáticos e outros módulos escolares da educação básica brasileira como Período Populista ou Período da República Populista.

Tenório será um dos que seguirá essa referência principal de que era o trabalho de Ianni, definindo o governo de Muniz Falcão como populista, fruto de um momento histórico de fortalecimento desse tipo de modelo governamental e continuador do legado político de Silvestre Péricles, que em sua análise também seria um político populista. Como pode-se observar:

Como uma evolução dialética do poder, tendo a oligarquia como tese, o silvestrismo como antítese e o munizismo como síntese, esse último vai continuar a trajetória do populismo alagoano, adquirindo dimensão própria e seu momento maior com a ascensão de um líder de visão atualizada num período de grandes transformações. É, ao mesmo tempo, ruptura e continuidade<sup>70</sup>.

Ou seja, o governador alagoano seria um representante local do fenômeno populista que se espalhava pela América Latina, segundo a vertente historiográfica adotada por Tenório. Seria proveniente de um processo mais global que afetava realidades socioeconômicas de transição (agrária para urbana), tal qual Alagoas. Mais uma vez usando a descrição desse autor:

---

<sup>69</sup> FERREIRA, Jorge. op. cit., p. 13

<sup>70</sup> TENÓRIO, Douglas Apratto, op. cit., p. 193.

A grande crise econômica de 1929, desencadeou mudanças sociais e políticas em todos os setores, afetando entre nós a indústria agroexportadora, levando consigo a estrutura oligárquica de dominação política que lhe correspondia. Ela surge como catalisadora das aspirações das massas urbana e rural, insatisfeitas juntamente com grupos influentes da classe média<sup>71</sup>.

Diante do que foi exposto, para Tenório, o político populista é fruto de um contexto histórico-social específico, de uma ruptura, ainda que parcial com o poder hegemônico das elites agrárias. Afirma ele: “o político populista seria impensável antes de 1930 e este seu sucesso pressupõe um voto relativamente livre. É um líder personalista, cuja organização política gira em torno de suas próprias ambições e da sua própria carreira”<sup>72</sup>.

É notória a ação de Tenório em indicar Muniz Falcão como um continuador político de uma tradição populista iniciada por Silvestre Péricles, o que mais uma vez comprova a elasticidade do conceito do populismo, encaixando dois político com atuações tão diferentes num mesmo tipo de discurso e projeto político, que embora aliados, tinham particularidades que são postas numa tábula rasa e desconsideradas ao tratar ambos apenas como populistas.

Mais uma vez recorre-se a Ferreira para entender que:

Além do desconhecimento das peculiaridades e da anulação de historicidades, projetos políticos que fincaram tradições políticas, e que ainda hoje se manifestam na sociedade brasileira, como o trabalhismo petebista e o liberalismo udenista dissolvem-se e confundem-se num mesmo rótulo: tratar-se-ia do “populismo”<sup>73</sup>.

Dessa forma, se faz necessário entender qual seria o projeto político e forma de atuação de Muniz Falcão, e de tantos outros que como ele ficaram muito mais conhecidos pelo rótulo historiográfico de populista do que por seus reais projetos. Por outros aspectos apontados por Tenório, é possível perceber que Silvestre Péricles e Muniz Falcão tinham fortes diferenças, sobretudo na questão da aproximação deste último com os grupos de esquerda locais e principalmente com a massa de trabalhadores:

Assumi eu, sem nenhuma tergiversação, compromissos claros com os movimentos populares. Com isso, deu inusitado colorido político ao seu governo que tinha no chefe do executivo um homem que representava as organizações operárias e era visto como ídolo pelo homem comum. Esse comprometimento com as esquerdas e a organização operária constitui uma ruptura parcial com o antigo populismo silvestrista, seu inspirador inicial, pois não tem o caráter ferrenhamente anticomunista e anti-esquerdista daquele<sup>74</sup>.

<sup>71</sup> TENÓRIO, Douglas Apratto. op. cit., p. 20.

<sup>72</sup> Ibidem, p. 197.

<sup>73</sup> FERREIRA, Jorge. op. cit., p. 11

<sup>74</sup> TENÓRIO, Douglas Apratto. op. cit., pp. 186-187.

Ao analisar a atuação de Muniz Falcão para com os trabalhadores e com as organizações operárias, e sobretudo sua constante atuação junto a legislação trabalhista e a política nacional-desenvolvimentista, percebe-se que seu projeto político de governo está muito mais aproximado do trabalhismo, que no âmbito nacional tinha como principais representações Getúlio Vargas, João Goulart e Leonel Brizola.

Assim sendo, Muniz Falcão estava, ao seu modo, alinhado com a política social de trabalho que veio se desenvolvendo no Brasil, no pós-1930, que se consolidou e fortaleceu durante o Estado Novo (1937-1945), e foi continuada pelos políticos trabalhistas durante o Período Democrático (1946-1964). Nas palavras de Angela Maria de Castro Gomes, funcionava numa lógica onde:

O Estado não era visto apenas como produtor de bens materiais, mas como o produtor de um discurso que tomava elementos-chave da autoimagem dos trabalhadores e articulava demandas, valores e tradições desta classe, redimensionando-os em outro contexto. A classe trabalhadora, por conseguinte, só “obedecia” se por obediência política ficar entendido o reconhecimento de interesses e a necessidade de redistribuição. Não havia, neste sentido, mera submissão e perda de identidade. Havia pacto, isto é, uma troca orientada por uma lógica que combinava os ganhos materiais com os ganhos simbólicos da reciprocidade, sendo que era esta segunda dimensão que funcionava como instrumento integrador de todo o pacto<sup>75</sup>.

No âmbito nacional, o Estado, desde 1933/34, com a carteira de trabalho e as exigências para a participação na representação classista da Assembleia Nacional Constituinte, atrelou incondicionalmente o gozo dos benefícios à condição de trabalhador sindicalizado<sup>76</sup>. Criou-se assim uma lógica de só “quem tem ofício”, ou seja, que é um trabalhador com carteira assinada segundo as diretrizes do governo, “tem benefício”<sup>77</sup>, que é o acesso as benesses trazidas por uma legislação trabalhista.

Nesse sentido, os trabalhadores, *a priori*, podem parecer que foram meramente cooptados por um Estado opressor e maquiavélico (com base na historiografia já citada, de Ianni e Tenório, seria populista), que lhes ofereceu ganhos por meio de uma legislação que atendeu nada mais que suas demandas exigidas há décadas, anuviando suas mentes e lhes retirando o protagonismo da classe trabalhadora.

Entretanto, um olhar mais atento pode demonstrar que os trabalhadores agiram com lógica, tendo em vista que perceberam que uma vez reconhecendo a impossibilidade de desprezar os benefícios sociais e manter associações estáveis, sua reação foi entrar nos

<sup>75</sup> GOMES, Ângela Maria de Castro. **A invenção do trabalhismo**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005, p. 180.

<sup>76</sup> GOMES, Ângela Maria de Castro, op. cit., p. 179.

<sup>77</sup> Ibidem, p. 179.

sindicatos legais para tomá-los<sup>78</sup>. Assim, não é um trabalhador que age de maneira involuntária ao receber as benesses governamentais, mas uma escolha consciente de sua realidade socioeconômica e dos ganhos políticos.

É necessário salientar que embora com elementos aproximados dos políticos trabalhistas do cenário nacional, Muniz Falcão aplicou em Alagoas as lógicas desse pacto político entre Estado e trabalhadores e a ideologia da outorga, de acordo com a realidade socioeconômica do estado, que foi um dos pilares de funcionamento do projeto político populista, que consistia numa lógica de que:

Os benefícios sociais teriam sido apresentados à classe trabalhadora no pós-40 como um presente outorgado pelo Estado. A classe trabalhadora, mesmo antes de demandar, teria sido atendida por uma autoridade benevolente, cuja a imagem mais recorrente é a da autoridade paternal<sup>79</sup>.

Essa ideologia da outorga, surgida durante o Estado Novo, na década de 1940, tinha como um dos principais objetivos a legitimação de um governo autoritário e ditatorial junto aos trabalhadores, grupo numeroso da população e cada vez mais atuante no cenário político nacional. Contudo, o Estado buscava, ao tecer sua autoimagem, passar a ideia de uma lógica familiar acerca das relações de trabalho.

Em família, os fluxos materiais não devem nem podem deixar de existir. Só que a lógica é outra, materialmente obscurecida pelo lado social dominante, o que pode ser traduzido no fato de os bens serem apresentados como generosamente doados<sup>80</sup>. Com isso, os “presentes” doados pelo governo teriam a função de conquistar a classe trabalhadora, que decidira aceitá-los em troca de uma “amizade”.

E com essa amizade vem a devoção política. Já que, quando se dá um presente, por mais generosidade que exista na simbologia do mesmo, a convenção social entende que ele abre espaço para uma necessária retribuição. Quem recebe o que não solicitou e não pode retribuir materialmente fica continuamente obrigado em face de quem dá<sup>81</sup>, sendo essa a chave para a continuidade dessa ideologia da outorga e da política trabalhista no Período Democrático (1945-1964).

No cenário político nacional, os herdeiros do legado trabalhista do Estado Novo, com destaque para a figura de Getúlio Vargas, utilizaram essa marca construída na memória coletiva

---

<sup>78</sup> GOMES, Ângela Maria de Castro, op. cit., p. 179.

<sup>79</sup> Ibidem, p. 181.

<sup>80</sup> Idem, p. 181.

<sup>81</sup> Idem, p. 181.

da outorga da legislação trabalhista e das benesses do governo varguista para com a classe dos trabalhadores, para se promover politicamente no meio democrático.

Mas, além da busca pelo eleitorado, o pacto entre o Estado trabalhista e as massas que tem suas demandas atendidas continuaram a existir, e com os trabalhadores ainda mais ativos nessa relação utilizando os meios políticos de reivindicação existentes numa sociedade democrática. Pois, se os benefícios do Estado sob a forma de leis estavam tendo aplicação e estavam sendo reconhecidos pela classe trabalhadora, ela não deixava de resistir politicamente.<sup>82</sup>

Muniz Falcão entendeu o momento histórico que vivia e teve a visão de acompanhar com atenção esse processo, essa mudança para um planejamento global na região<sup>83</sup>, ou seja, sua atuação como Delegado Regional do Trabalho, ainda durante o período do Estado Novo varguista (1937-1945) e posteriormente sua presença na política nacional como deputado federal, irá mantê-lo afinado com o trabalhismo.

Pode-se perceber essa característica de um governo trabalhista mais voltado para políticas públicas de assistência a classe trabalhadora a partir da sua tentativa de instituir a Taxa Pró-Economia, de Educação e de Saúde, projeto que tinha por intenção equilibrar a receita com a despesa e gerar algum recurso para investimento em setores vitais<sup>84</sup>.

Contudo, ao atingir o açúcar, atingiu também as tradicionais elites canavieiras, que detinham sua produção e se encontravam no poder político alagoano desde muito antes da própria República, mantendo fortes alianças com as demais oligarquias estaduais, e com isso precipitou a ofensiva contra o governo por parte dos udenistas, conseguindo atrair deputados pessedistas e a união das classes conservadoras<sup>85</sup>.

E é esse choque com as elites que levará Muniz Falcão ao processo de *impeachment*. Herdeiros de uma tradição escravocrata, tanto os senhores de terra como os chamados capitães da indústria e ricos comerciantes, não aceitavam qualquer limitação de sua autoridade<sup>86</sup>. Dessa forma, Muniz Falcão precisou enfrentar dentro do processo de impeachment, o posicionamento contrário da maioria dos deputados e demais políticos que representavam as elites que discordavam de suas propostas políticas.

Portanto, se faz necessário compreender os projetos políticos para além do estigma do populismo, a fim de que não se percam as especificidades dos mesmos, trazendo uma

---

<sup>82</sup> GOMES, Ângela Maria de Castro, op. cit., p. 181.

<sup>83</sup> TENÓRIO, Douglas Apratto. op. cit., p. 217.

<sup>84</sup> Ibidem, p. 210.

<sup>85</sup> Idem, p. 210.

<sup>86</sup> Ibidem, p. 235.

compreensão mais objetiva dos processos históricos e dos sujeitos que neles estiveram presentes. Podendo, dessa forma, analisar seus desdobramentos a partir das práticas as quais os projetos e figuras políticas convergem ou divergem.

A partir do próximo capítulo poderemos observar como essas práticas trabalhistas de Muniz Falcão o levaram ao processo de impeachment, que será aqui analisado com mais afinco, amparado pela bibliografia e jornais da época que buscaram (de acordo com a vertente de seu editorial) retratar o ocorrido na votação e do clima de tensão política apresentado em Alagoas, pré e pós *impeachment*.

#### 4. O *IMPEACHMENT*: choque político do trabalhismo com o poder tradicional

A oposição ferrenha a Muniz Falcão, principalmente por parte das elites que formavam a UDN no Estado, fez do seu governo um palco de intensa disputa política, sobretudo porque conseguiram formar maioria na Assembleia Legislativa estadual. Embora tivesse um programa de governo alinhado com o desenvolvimentismo nacional, os embates enfrentados na esfera local se mostraram um entrave para a realização desse projeto político.

O maior símbolo do clima de tensão gerado em Alagoas durante o governo Muniz Falcão foi o violento episódio do impeachment. Durante esse processo, a casa legislativa alagoana foi palco de uma batalha entre seus integrantes, refletindo, desse modo, um conflito entre os poderes do Estado<sup>87</sup>. Mas esse embate, já se desenhava mesmo antes de acontecer de fato, pois desde início a presença do governador era indigesta para as elites que tradicionalmente ocupavam o poder.

A chegada dele ao poder executivo estadual incomodava o partido derrotado no pleito eleitoral de 1955, tal qual a derrota que sofreu no âmbito nacional. O ódio moralizante da UDN era idêntico ao sentimento experimentado no plano federal – a intragável herança getulista. Por seu turno, Muniz derrubou a legenda que vinha em ascensão e, por isso, jamais poderia ser perdoado<sup>88</sup>.

As propostas e projetos do muzismo batiam de frente com a UDN local, que era a representatividade principal das elites locais, surgida aqui nos finais do Estado Novo (1937-1945), como uma oposição ao modelo varguista e seus apoiadores na esfera local, como explica Tenório:

A UND era um partido de elite, de escritores e jornalistas. Presença de descendentes de senhores de engenho, das famílias tradicionais sempre envolvidos na política alagoana, com seu poder de mando desde o Império, unindo-se aos bacharéis e à classe média contra o Estado Novo e o getulismo<sup>89</sup>.

E devido a sua presença no cenário alagoano como Delegado Regional do Trabalho, que ele já possuirá um histórico de embates contra as elites. Com esse passado trabalhista de Muniz, de fiscalizador da legislação do trabalho, ousando incomodar poderosos com autuações, de apoio a ralé que começa a exigir direitos, que incomoda os liberais das províncias<sup>90</sup>.

---

<sup>87</sup> TENÓRIO, Douglas Apratto. op. cit., p. 14.

<sup>88</sup> Ibidem, p. 119.

<sup>89</sup> Ibidem, p. 124.

<sup>90</sup> Ibidem, p. 124.

Com a Taxa Pró-Economia, Educação e Saúde, lançada em 22 de outubro de 1956, em seu primeiro ano de mandato, Muniz atingiu em cheio os interesses das oligarquias alagoanas, pois essa medida, tinha incidência sobre a produção dos setores sucroalcooleiro, têxtil, fumo, coco e arroz<sup>91</sup>. A partir desse momento, a presença do governador no poder não era apenas incômoda, mas uma afronta ao domínio que esses grupos exerciam desde os tempos coloniais.

As políticas munizistas batiam diretamente de frente com a produção das elites, e com isso, elas enxergavam uma necessidade de tirá-lo do poder. Cada vez mais procurava-se deslegitimá-lo perante seu principal núcleo de apoio, as camadas populares da sociedade. Inconformados com essa força estranha que não cessava de crescer, os detentores de seculares privilégios procuraram abafar suas palavras e criar contra ele fantásticas versões<sup>92</sup>.

Os grandes grupos econômicos e as velhas oligarquias voltaram-se contra e, para isso, utilizaram seus representantes no parlamento estadual<sup>93</sup>, principalmente os deputados da UDN, que se encontravam aqui alinhado com o diretório nacional do partido, cujo apoio na empreitada de derrubar Muniz Falcão do poder executivo estadual foi fundamental. Como demonstra Tenório:

O apoio irrestrito da União Democrática Nacional, que no Rio de Janeiro formou o Clube da Lanterna, com sua facção mais radical sob a liderança do jornalista Carlos Lacerda, transformou Alagoas numa espécie de laboratório golpista. [...] Era conveniente para o projeto golpista nacional derrubar o presidente Juscelino Kubitschek, viabilizar o controverso instituto do *impeachment*, instrumento jurídico polêmico e sempre carregado de passionalismo<sup>94</sup>.

Com uma frente formada contra o governador, de grande força no legislativo estadual, com apoio no legislativo federal, buscar-se-ia um fator suficientemente convincente para iniciar um processo de *impeachment* contra Muniz Falcão, já que se trata de um processo complexo que exige muitos passos para concretizar-se. Para detoná-lo, era necessário um grande fato perturbador, no bojo de uma campanha que, de alguma forma, conquistasse a adesão da opinião pública<sup>95</sup>.

No caso Alagoano, esse fator desencadeador do processo foi o assassinato do deputado opositor Marques da Silva. Independente das razões que levaram ao ocorrido, as elites udenistas fizeram do fato uma bandeira para acusar o governador de perseguir seus opositores,

<sup>91</sup> CARVALHO, Cícero Pércles de. op. cit., p. 299.

<sup>92</sup> TENÓRIO, Douglas Apratto. op. cit., p. 230.

<sup>93</sup> CARVALHO, Cícero Pércles de. op. cit., p. 299.

<sup>94</sup> TENÓRIO, Douglas Apratto. op. cit., p. 15.

<sup>95</sup> Ibidem, p. 75.

e de violar o equilíbrio entre os três poderes. Mais uma vez podemos utilizar aqui a fala de Tenório:

No dia 9 de fevereiro, dois dias, portanto, após o assassinato do deputado Marques da Silva, em Arapiraca, o deputado Óseas Cardoso, apresentou ao presidente da Assembleia Legislativa, Lamenha Filho, que havia rompido com Muniz quando do episódio da Taxa Pró-Economia, denúncia contra o chefe do Executivo, acusando-o de conveniência com assassinatos de líderes políticos e de violência contra o Legislativo, impossibilitando-o de funcionar livremente<sup>96</sup>.

O evento foi o estopim necessário para dar início a uma disputa ferrenha entre os dois poderes em Alagoas, uma guerra que passou a ser travada em dois teatros – o político, no legislativo, e o jurídico, onde os critérios de legitimidade não tem apenas um valor imediato ou doutrinário<sup>97</sup>. Agora restava ao bloco oposicionista articular uma campanha contra o governador, favorável à sua saída do cargo.

Finalmente a oposição encontrava o aríete legal para demolir o muro da Legitimidade do mandato do governo detestado, procurando atrair a população para sua obsessiva cruzada<sup>98</sup>. Além da população, se fazia necessário também ganhar apoiadores para a causa dentre os poderes legitimamente constituídos, e para isso buscaram explorar ao máximo o episódio do assassinato de Marques da Silva.

O ato fúnebre converteu-se num grande ato político. O político mineiro, Milton Campos, disse que a imolação do deputado arapiraquense atentava contra os brios cristãos e a civilização em que se devia assentar o exercício da vida pública<sup>99</sup>. Atitude que visava pôr em xeque a imagem do governador perante o sistema democrático de equilíbrio entre os três poderes. Outros deputados udenistas como Daniel Krieger e Bilac Pinto chegaram a pedir a intervenção da ONU em Alagoas por desrespeito aos direitos humanos<sup>100</sup>.

Enquanto a UDN fazia suas manobras políticas a fim de colocar a opinião pública contra o governador, e demais forças políticas passaram a buscar um lado em todo o processo: uns mantendo-se do lado udenista, outros, baseados no princípio de legitimidade do mandato de Muniz Falcão e na falta de provas contundentes que realmente fundamentassem as acusações da oposição estadual endossadas pela UDN nacional.

Um dos proeminentes políticos da época que se posicionou favorável ao governador foi o pernambucano Miguel Arraes, que afirmou: o governo de Muniz Falcão “era uma experiência

---

<sup>96</sup> TENÓRIO, Douglas Apratto, op. cit., p. 65.

<sup>97</sup> Ibidem, p. 66.

<sup>98</sup> Idem, p. 66.

<sup>99</sup> Ibidem, p. 130.

<sup>100</sup> Idem, p. 130.

popular e democrática sem precedentes na história política de Alagoas e que seus adversários representam o que há de mais reacionário naquele estado”<sup>101</sup>. Assim como Arraes, a maior parte dos políticos governistas do cenário nacional, posicionaram-se em favor de Muniz, seu governo e da manutenção de sua legitimidade.

Contudo, o processo de *impeachment* continuou devido à dedicação da oposição estadual, como destaca Tenório:

Não se pode minimizar a atuação da bancada alagoana, numerosa, bem articulada, com laços de intimidade com ilustres figuras do partido, de grande penetração na capital federal entre jornalistas e intelectuais, cobrando insistentemente providências para qualquer episódio em seu Estado<sup>102</sup>.

E dentro do cenário local, também houve especificidades, como o caso dos deputados do PTB alagoano, que se comportaram de maneira destoante do que se esperava de um partido de vertente trabalhista. No episódio do *impeachment*, houve a cisão do grupo mais afinado com o partido na sua orientação nacional, que apoiava Muniz, e os deputados oriundos dos estratos conservadores, que faziam a impossível aliança com a UDN<sup>103</sup>.

Enquanto que no âmbito nacional, o PTB via, preocupado, a posição dos deputados estaduais e particularmente o comprovado aliciamento do vice-governador, já encantado em assumir o poder<sup>104</sup>. Ainda nesse mesmo cenário, o PSB, que outrora já combatera ao lado da UDN, rechaçou com veemência quaisquer mecanismos de afastamento de Muniz Falcão, solidarizando-se com o governador por suas posições<sup>105</sup>.

Ao passo que o partido do próprio governador fez com que toda a máquina pessepista prestasse assistência efetiva ao governador alagoano, tornando o apoio uma questão de honra<sup>106</sup>. Para isso, o PSP buscou contrabalancear a pressão udenista junto a setores governistas mais flexíveis e junto ao presidente da República; foi uma tarefa partidária que uniu os pessepistas de todo o país<sup>107</sup>.

Com essa participação dos partidos nacionais no embate político alagoano, cada vez mais os olhos do país se voltaram para Alagoas e para o desenrolar do processo de *impeachment*, seja favorável ou não a saída de Muniz Falcão, e ainda temia-se por um desfecho

---

<sup>101</sup> Discurso proferido por Miguel Arraes (que no momento era parte da Assembleia Legislativa pernambucana) ao condenar a utilização do Palácio Joaquim Nabuco por parte de parlamentares alagoanos. In: TENÓRIO, Douglas Apratto. op. cit., p. 131.

<sup>102</sup> TENÓRIO, Douglas Apratto. op. cit., p. 129.

<sup>103</sup> Ibidem, p. 122.

<sup>104</sup> Ibidem, p. 131.

<sup>105</sup> Idem, p. 131.

<sup>106</sup> Ibidem, p. 195.

<sup>107</sup> Ibidem, p. 133.

mais violento, tendo em vista a tradição do Estado em resolver conflitos políticos de maneira violenta.

Na tentativa de encontrar uma solução mais diplomática, as articulações políticas conseguiram encontrar uma oportunidade de retirar o governador de sua função, sem ter que passar pelo processo de impeachment. Como pode ser observado na fala de Tenório:

Muniz Falcão é convidado para um cargo diplomático no exterior, abrindo-se caminho para renúncia e um governo de aliança com a ala moderada dos brigadeiristas. [...] Muniz Falcão repudia qualquer acordo nesse sentido, o seu mandato é sagrado e não aceita conversação que implique sua perda<sup>108</sup>.

Com a impassividade do governador e sua plena confiança da legalidade de seu mandado e do apoio popular que detinha, restava a UDN alagoana manter o foco no processo de *impeachment*. Utilizou-se esse recurso como um processo político-criminal, a fim de afastar determinado agente do poder cuja ação nefasta fira o interesse público, afastando-o concomitantemente, do exercício de qualquer função pública por um determinado espaço de tempo<sup>109</sup>.

A partir de então, o processo começou a se desenhar e a encontrar as barreiras legais que a oposição ansiava em não ter pelo caminho, que seria uma necessidade da participação do Judiciário, onde a força dos udenistas seria posta a prova. Mais uma vez amparando-se no texto de Tenório:

O ponto nelvrágico é a não-preexistência de um tribunal do *impeachment*. Ora, a escolha dos julgadores no processo de responsabilidade não poderia resultar, como queriam os oposicionistas, da simples expressão majoritária do Legislativo, investindo-se como juízes apenas os deputados, deixando o chefe do Executivo na condição de demissível *ad-nutum*. A solução indicada seria o sorteio, permitindo que participassem do órgão julgador deputados de todas as correntes e tendências<sup>110</sup>.

Quando a admissibilidade da denúncia foi dada por correta, no dia 23 de abril de 1957 (menos de dois meses e meio após o crime de Arapiraca), a comissão especial do legislativo elegeu seus membros<sup>111</sup> para dar seu parecer sobre a procedência da denúncia. Com agilidade, dois dias depois, a comissão já apresentava seu ponto de vista, acatando a denúncia, na forma do parecer do relator Teontônio Vilela, então líder da UDN na casa, apesar das tentativas da minoria em evitá-la<sup>112</sup>.

<sup>108</sup> TENÓRIO, Douglas Apratto., Op. cit., pp. 132-133.

<sup>109</sup> Ibidem, p. 68.

<sup>110</sup> Ibidem, p. 76.

<sup>111</sup> Foram eleitos os deputados Herman Almeida (presidente), Teotônio Vilela (relator), José Onias e Edson Lins, pela UDN, Jorge Bezerra, pelo PSP, Jorge Assunção, pelo PTB e João Toledo, pelo PTN. In: TENÓRIO, Douglas Apratto. op. cit., p. 77.

<sup>112</sup> TENÓRIO, Douglas Apratto. op. cit., p. 77.

A apreciação do parecer, realizado pela comissão especial, foi realizada no dia 28 de agosto de 1957, e a Assembleia julgou a denúncia procedente. E a partir de então os deputados oposicionistas se empenharam em acelerar o processo, marcando a votação com tribunal misto para o dia 13 de setembro de 1957. Data que viria a ser marcada pela trágica interrupção da votação com o tiroteio na Assembleia Legislativa.

Enquanto o legislativo se movimentava para acelerar o processo de impeachment, Muniz Falcão buscava maneiras de defender seu mandato, tentando recorrer ao Judiciário, como explica Djalma Falcão:

O governador, que tudo fez para evitar um confronto com a oposição, de início, impetrou mandado de segurança contra a atitude da Assembleia Legislativa, na tentativa de transferir para o Poder Judiciário a incumbência de dirimir a questão. O desembargador, Antônio César de Moura Castro, relator do pedido, concedeu liminar ao governador. A Assembleia, porém, não acatou o despacho e deu prosseguimento ao processo na área parlamentar<sup>113</sup>.

Com o aproximar da votação, o clima de tensão se espalhava por Alagoas devido às ameaças e trocas de farpas entre oposição e governistas. A situação era tal que acabou chegando inclusive a ganhar destaque em jornais de outras localidades, que para esse trabalho foram escolhidos ser analisados o *Correio da Manhã*, do Rio de Janeiro, e o *Diário de Pernambuco*, de Recife.

O primeiro tinha uma forte vertente liberal, com um histórico de, no Período Democrático, em suas matérias se opor aos governos trabalhistas e desenvolvimentistas nacionais, principalmente com relação a Getúlio Vargas. Possuía também um forte apoio da UDN e seus projetos políticos, lançando-se assim contra o que chamava de “trabalhismo falsificado”<sup>114</sup>.

Já no caso do *Diário de Pernambuco*, que já na época do episódio do impeachment ostentava o título em sua capa de “o jornal mais antigo em circulação da América Latina”, possuía também uma vertente liberal. Entretanto, sua postura era menos incisiva do que o *Correio da Manhã*, fazendo oposição ao trabalhismo varguista, mas sendo mais moderado com relação ao desenvolvimentismo de Juscelino Kubitschek<sup>115</sup>.

Atenta-se aqui para utilizar os jornais como fonte, mas, com ciência de que não são, na maioria das vezes obras solitárias, mas empreendimentos que reúnem um conjunto de

<sup>113</sup> FALCÃO, Djalma. Apud. TENÓRIO, Douglas Apratto. op. cit., p. 78.

<sup>114</sup> Para mais informações ver verbete encontrado no acervo *on-line* do CPDOC: Correio da Manhã. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/correio-da-manha>>. Acesso em 30 jan. 2020.

<sup>115</sup> Para mais informações ver verbete encontrado no acervo *on-line* do CPDOC: Diário de Pernambuco. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/diario-de-pernambuco>>. Acesso em 30 jan. 2020.

indivíduos, o que os torna projetos coletivos, por agregarem pessoas em torno de ideias, crenças e valores que se pretende difundir com a palavra escrita<sup>116</sup>. Por isso, tornou-se necessário identificar o viés liberal dos jornais e a maneira como tendem a se posicionar dentro do cenário político local e nacional.

Com relação à votação de impeachment em Alagoas, é notória a preocupação de ambos os jornais em manter-se antenados ao processo, pois era inédito no país a tentativa de retirada de um chefe do Executivo estadual, por meio de um trâmite legal previsto na Constituição. Era ainda esse processo um intenso cenário de disputa política entre as forças locais, com influência das suas representações em âmbito nacional.

Ambos os jornais tinham um forte cunho político; dessa forma, já no dia anterior à votação os dois periódicos procuraram debruçar-se sobre o clima de tensão e incertezas que a véspera do processo trazia para a atmosfera alagoana. A forma como a crise é apreendida por ambos também nos ajuda a compreender tanto o episódio do impeachment de Muniz Falcão quanto a perspectiva e o posicionamento político de cada jornal.

Pois, diante dos relatos publicados, interessará menos pelo que eles dizem do que pela maneira como dizem, pelos termos que utilizam, pelos campos semânticos que traçam e, também pelo interdito, pelas zonas de silêncio que estabelecem<sup>117</sup>. Outro fator que também deve ser evidenciado é a posição de destaque que os ocorridos recebem em cada um dos jornais, pois o destaque (ou a falta do mesmo) também refletem escolhas políticas, como evidencia Tânia Regina de Luca:

Será preciso dar conta das motivações que levaram à decisão de dar publicidade a alguma coisa. Entretanto, ter sido publicado implica atentar para o destaque conferido ao acontecimento, assim como para o local em que se deu a publicação: é muito diverso o peso do que figura na capa de uma revista semanal ou na principal manchete de um grande matutino e no que fica relegado às páginas internas<sup>118</sup>.

Iniciando pelo Correio da Manhã, podemos observar que o clima de tensão não terá a mesma preocupação que o Diário de Pernambuco, o que pode ter sido motivado por diversos fatores, dentre eles a própria distância geográfica entre o lugar de publicação do jornal e o local da manchete. Por meio de uma coluna denominada “O Emissário”, o jornal assim relata a prenúncia da votação do impeachment:

Recobriu-se a crise política em Alagoas. Amanhã deve a Assembléia Estadual votar a denúncia contra o governador do Estado. Para impedir o livre

---

<sup>116</sup> LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi. In: **Fontes históricas**. 3ª ed. São Paulo: Contexto, 2015, p. 140.

<sup>117</sup> PROST, Antoine. Apud. LUCA, Op. cit., p. 114.

<sup>118</sup> LUCA, Op. cit., p. 140.

funcionamento do Legislativo, cujo o veredito deve ser contrário a permanência do sr. Muniz Falcão à frente do governo alagoano, anunciam-se em Maceió medidas de violenta represália contra o Congresso Estadual. Pensa o governador anular, pelo emprego da força bruta, a decisão da Assembleia, em cujo o seio está em minoria. Não há dúvidas de que o sr. Muniz Falcão cumpra suas ameaças<sup>119</sup>.

Pode-se perceber que a manchete publicada pelo jornal carioca endossa o posicionamento udenista de que o governador estaria utilizando violência e repressão contra o Legislativo, desequilibrando os poderes e, por isso, deveria ser removido do cargo, como citam mais a frente, na mesma publicação:

Desde que assumiu a chefia do governo, o Estado é traumatizado por uma série de crimes que comprovam a implantação em Alagoas do império do terrorismo político. Mas a crise que agora se prenuncia, envolta em sangue e lastreada de violências, parece ser mais grave do que as que a antecederam. E isto porque, desta vez, temos o governador do Estado inclinado a impedir pela força, o funcionamento de um dos poderes constitucionais do Estado<sup>120</sup>.

A força das ideias udenistas, que embasam o discurso do periódico, demonstram o quanto as lideranças estaduais, representantes das elites tradicionais de Alagoas, estavam bem articuladas com os meios de comunicação, mesmo em outras partes do país. E além de evidenciar a situação se opondo com veemência, o *Correio da Manhã*, ainda propõe o que seria a solução para a crise alagoana, ao citar: “O recurso contra essa arbitrariedade está previsto na Constituição da República. Chama-se intervenção federal”<sup>121</sup>. Além de citar o recurso necessário, o jornal passa a se debruçar, no mesmo artigo em como seria o funcionamento dessa intervenção e suas justificativas.

Contudo, essa mesma vertente de demonstração de um governador violento não é o destaque do *Diário de Pernambuco*, que ao citar o clima de tensão em Alagoas pré-*impeachment*, numa matéria intitulada “*Impeachment: intensa expectativa em Maceió*”, dividida em duas partes, cita já em sua primeira página a situação alagoana:

Sexta-feira próxima, segundo se acredita, a Assembleia votará o *impeachment*. [...] Soldados do Exército voltaram a ocupar as janelas do prédio da Delegacia Fiscal, que fica situado em frente ao prédio onde funciona a Assembleia. O clima, aqui, é de nervosismo. Foram inteiramente desmentidas as notícias que circularam no Recife sobre qualquer violência contra o dep. Oséas Cardoso<sup>122</sup>.

<sup>119</sup> O Emissário. *Correio da Manhã*, ano LVII, nº 19775, Rio de Janeiro, 12 de setembro de 1957, p. 6.

<sup>120</sup> O Emissário. *Correio da Manhã*, ano LVII, nº 19775, Rio de Janeiro, 12 de setembro de 1957, p. 6.

<sup>121</sup> O Emissário. *Correio da Manhã*, ano LVII, nº 19775, Rio de Janeiro, 12 de setembro de 1957, p. 6.

<sup>122</sup> *Impeachment: intensa expectativa em Maceió*. *Diário de Pernambuco*, ano 132, nº 207, Recife, 12 de setembro de 1957, p. 1.

Esse mesmo jornal buscou ainda os depoimentos do vice-governador Sizenando Nabuco e do deputado Ari Pitombo, que vinham do Rio de Janeiro à bordo do navio Vera Cruz. A votação do impeachment foi o tema principal das entrevistas, no caso do vice-governador ele respondeu que: “nada tem a declarar, pois o assunto está sendo resolvido pela Justiça. Dizendo-se amigo do governador [...] finalizou acrescentando que muito mais lucrativo para o seu Estado seria um acordo que restabelecesse a harmonia partidária e permitisse a continuidade do trabalho administrativo”<sup>123</sup>.

Sizenando Nabuco encontrava-se mais alinhado com a campanha da UDN, porém buscava uma solução mais democrática, um acordo com uma possível renúncia do chefe do Executivo. Ari Pitombo, por outro lado, posicionou-se ao lado do governador, com quem compartilhava a vertente política do trabalhismo, e se pronunciou no Diário de Pernambuco, onde mostrava-se muito confiante na vitória de Muniz Falcão, que cumpre um mandato conferido pelo povo<sup>124</sup>.

No dia da votação, os jornais ainda se mostravam preocupados com a votação do impeachment em Alagoas. O Diário de Pernambuco chegou ainda a publicar uma manchete em sua capa informando que a votação do impeachment só ocorreria na Terça-feira<sup>125</sup>, trazendo ainda os depoimentos do próprio governador acusado, e dos deputados opositores Teotônio Vilela e Lamenha Filho, sendo os membros da bancada opositora categóricos em relação as informações prestadas ao jornal, apenas deixando claro que estavam seguindo os trâmites legais do processo.

Diante da iminente votação, Muniz Falcão posicionou-se da seguinte forma diante da entrevista do jornal pernambucano:

Estou escudado na lei e defenderei o meu mandato legitimamente conquistado. Irei ao sacrifício pessoal, se preciso for, para manter o decoro do cargo e das minhas tradições de homem público. É chegado o momento de recorrer à mais Alta Côrte do país, para impedir a ameaça de ser afastado do cargo, em consequência de um processo iníquo e absurdo<sup>126</sup>.

Ao contrário do que pregava a UDN, o governador se declarava como quem defenderia seu mandato dentro das esferas legais, ou seja, no Judiciário. Mas, ainda assim, o Correio da

<sup>123</sup> Um acordo político beneficiaria Alagoas. **Diário de Pernambuco**, ano 132, nº 207, Recife, 12 de setembro de 1957, p. 20.

<sup>124</sup> Analfabeto é contribuinte e, como tal, deve ter direito a voto. **Diário de Pernambuco**, ano 132, nº 207, Recife, 12 de setembro de 1957, p. 20.

<sup>125</sup> Alagoas sobre intensa expectativa: somente terça-feira a votação do “impeachment”. **Diário de Pernambuco**, ano 132, nº 208, Recife, 13 de setembro de 1957, p. 20.

<sup>126</sup> Alagoas sobre intensa expectativa: somente terça-feira a votação do “impeachment”. **Diário de Pernambuco**, ano 132, nº 208, Recife, 13 de setembro de 1957, p. 20.

Manhã enfatizava a construção da imagem do governador como alguém montado no mandonismo e na violência política. Em sua manchete do dia da votação, declarava:

No âmbito federal, o governador usa um recurso legal. Mas na órbita estadual, sua arma é a violência. A técnica de “baixar o pau”. E como já o fez rolar, em muitas oportunidades, ensanguentando a terra alagoana, imolando na sua fúria adversários e até pessoas inocentes, não é difícil crer cumpra as ameaças que fez nos comícios de Maceió<sup>127</sup>.

A fim de conquistar a opinião pública em favor de sua cruzada contra o governador, as elites, representadas politicamente pela UDN, criavam uma imagem do governador como um indivíduo violento, que utilizaria da força para coagir seus opositores. Tanto que por sua articulação junto ao ministro da Justiça, Nereu Ramos enviou seu assistente jurídico, Arnóbio Wanderley, para acompanhar o processo de perto.

Também estampado na capa do Diário de Pernambuco, estava a justificativa do ministro da Justiça e a presença do líder nacional da UDN em território Alagoano, a fim de prestar auxílio a seus correligionários locais:

Disse o sr. Nereu Ramos que tomou tal providências em face de telegrama do presidente do Legislativo alagoano, descrevendo que há um clima de insegurança no Estado. Segundo o despacho, o sr. Muniz Falcão, entre outras coisas, determinou que a polícia desguarnecesse a Câmara Estadual. Também viajará hoje, a noite, para a capital alagoana o sr. Juracy Magalhães, que recebeu um telegrama dos próceres da UDN, daquele Estado, dizendo que sobre eles pesa a ameaça de uma chacina, caso votem favoravelmente ao impeachment<sup>128</sup>.

Mas, ao observar o texto de Tenório, o que se pode perceber é que Muniz Falcão buscou evitar o conflito direto, com o intuito de levar a contenda para o judiciário, campo que por sua formação e atuação na esfera do Direito tinha alguma experiência. Todavia, a bancada de deputados governistas não parecia estar muito disposta a uma resolução mais dialógica ou mesmo uma disputa dentro dos meios jurídicos legais, o que acabou por endossar as afirmativas do UDN. Podemos observar por meio do texto de Tenório:

Muniz Falcão ainda convocou os membros de sua bancada e pediu-lhes que não fossem a sessão. Deixassem seus adversários votar sozinhos o impedimento e se evitaria o pior. “Se me declararem impedido e empossarem Sizenando, mando prender o vice-governador e espero que a Justiça decida a questão”. Humberto Mendes, Claudeonor Lima e Abraão Moura não aceitaram o apelo do governador e disseram-lhe que caso era de honra e pessoal. O problema não era mais do governador, era deles também. Não aceitaram, igualmente, o pedido de D. Adelmo Machado, arcebispo de Maceió, para comparecerem desarmados. Já haviam dito que só passariam o

<sup>127</sup> Tópicos & notícias: Com os olhos em Maceió. **Correio da Manhã**, ano LVII, nº 19776, Rio de Janeiro, 13 de setembro de 1957, p. 6.

<sup>128</sup> Enviado especial do Ministro da Justiça. **Diário de Pernambuco**, ano 132, nº 208, Recife, 13 de setembro de 1957, p. 20.

impeachment por cima de seus cadáveres. Saíram determinados, armaram-se de revólveres e metralhadoras e vestiram enormes capas de chuva, apesar do tórrido calor que fazia, e assim dirigiram-se ao plenário<sup>129</sup>.

E a partir daí se deu o trágico desfecho conhecido, com o tiroteio na Assembleia, quando pereceu o deputado governista Humberto Mendes, e foram feridos os deputados Carlos Gomes, José Afonso, José Onias e Vígilio Barbosa, o jornalista Márcio Alves, que havia sido enviado pelo jornal *Correio da Manhã* para cobrir a votação e ainda um funcionário da casa, Jorge Dâmaso.

A consequência imediata foi a mudança do clima em Maceió, da tensão pré-votação para o impacto pós-tragédia. A capital era uma cidade ocupada, em plena guerra, após a violenta batalha que envolvera as instituições e as autoridades do Estado. Só se viam nas ruas as tropas de soldados e oficiais da força federal com armas embaladas, revistando e desarmando quem avistassem<sup>130</sup>.

Os dois jornais, na manhã seguinte, estampavam em suas capas as notícias sobre o problemático desfecho ocorrido na votação. O *Correio da Manhã* já explanava o tema com a manchete: “Dissolvida à bala a Assembleia de Alagoas”, para logo em seguida explorar o papel de culpa dos parlamentares da bancada de Muniz Falcão no ocorrido: “Deputados governistas, portando metralhadoras, abriram fogo para impedir a discussão do parecer favorável a decretação do “impeachment” do governador Muniz Falcão”<sup>131</sup>.

Com forte veemência em destacar uma participação do governador como aquele que encabeçou a reação violenta dos deputados aliados do chefe do Executivo estadual, o *Correio da Manhã* destaca em seu texto:

Deputados do situacionismo dissolveram ontem à bala a Assembleia Estadual de Alagoas. O governador não só preparou a chacina, como a anunciou. O correspondente do *Correio da Manhã*, que figura entre as vítimas, revela, com seu testemunho pessoal e insuspeito, que o assalto ao Legislativo foi comandado e executado pelos deputados governistas. Não pode haver dúvida quanto a esse fato. Do governo partiu a iniciativa do crime<sup>132</sup>.

Tratando-se de um jornal como fonte, e tendo em vista que desde antes do ocorrido, esse periódico demonstrou-se inclinado ao apoio da UDN e dos movimentos liberais na luta contra o que chamava de “trabalhismo falsificado”, ou mesmo populismo, procuraria endossar a ideia de que o clima de instabilidade e violência era causado pela presença de Muniz Falcão no

<sup>129</sup> TENÓRIO, Douglas Apratto, Op. cit., p. 51

<sup>130</sup> Ibidem, p. 54.

<sup>131</sup> Dissolvida à bala a Assembleia de Alagoas. *Correio da Manhã*, ano LVII, nº 19777, Rio de Janeiro, 14 de setembro de 1957, p. 1.

<sup>132</sup> Em nome do sangue derramado. *Correio da Manhã*, ano LVII, nº 19777, Rio de Janeiro, 14 de setembro de 1957, p. 1.

governo do Estado de Alagoas, desconsiderando com isso dois elementos. Como primeiro elemento identificamos o longo histórico de violência dessa unidade federativa desde antes da República.

E, o segundo elemento é a própria atuação da oposição dentro do conflito violento, que embora não tenha tomado a iniciativa, também estava preparando o palco para o possível desfecho de violência na votação. Explica-se por meio de Tenório:

Alguns dias antes do dia marcado para a votação do *impeachment*, chegou à Maceió o presidente nacional da UDN, Juracy Magalhães, que vem prestar apoio aos correligionários, desfazer qualquer movimento de retirada e, principalmente, cuidar da segurança dos seus deputados junto ao coronel Guedes, de notória simpatia à sua facção no Exército. Orientou a colocação das barricadas na Assembleia para fazer frente a possíveis ataques governistas<sup>133</sup>.

Os governistas estavam dispostos a partir pra cima da oposição até as últimas consequências, e essa última estando previamente articulada para reagir num mesmo nível de violência, ou até maior, se necessário. O deslanche foi 45 minutos de intenso tiroteio na Assembleia Alagoana<sup>134</sup>, como enfatizou o jornal Diário de Pernambuco em sua edição da manhã após a votação do impeachment. O periódico de Recife trouxe em sua capa da edição do dia 14 de setembro de 1957, todas as manchetes dedicadas à situação alagoana e às consequências que dela resultaram.

Numa das manchetes enfatizava a atmosfera da capital alagoana: o clima em Maceió é de terror. Receiam-se ainda outros conflitos armados. E frisou a ação dos militares para acalmar a situação, liderados ali pelo coronel Carlos Luiz Guedes, comandante do 20º B. C., que o Exército está senhor da situação e agirá, implacavelmente em defesa da lei e da ordem<sup>135</sup>.

O Diário de Pernambuco dedica ainda uma parte de sua capa para enfatizar uma bandeira que já era erguida pelos liberais meses antes da votação do impeachment, e que com a tragédia da votação tornou-se ainda mais forte, a da intervenção federal:

Apuramos que a intervenção federal em Alagoas foi objeto de uma reunião convocada às últimas horas da noite de ontem do Presidente Juscelino com os ministros da Justiça e da Guerra. Na oportunidade, foi acentuada a necessidade de serem postas em execução medidas urgentes e eficazes, em face da gravidade das notícias procedentes daquele Estado, revelando inclusive, que senadores e deputados federais, presentes em Maceió, encontram-se sem nenhuma garantia, e foram obrigados a solicitar asilo no 20º Batalhão de Caçadores. [...] O padre Medeiros Neto, ouvido pelo telefone, declarou que o decreto federal em Alagoas, se fosse assinado, iria somente dar feição legal a

<sup>133</sup> TENÓRIO, Douglas Apratto. op. cit., p. 50.

<sup>134</sup> 45 minutos de intenso tiroteio na Assembleia Alagoana. **Diário de Pernambuco**, ano 132, nº 209, Recife, 14 de setembro de 1957, p. 1.

<sup>135</sup> O Exército controla a situação. **Diário de Pernambuco**, ano 132, nº 209, Recife, 14 de setembro de 1957, p. 1.

intervenção federal que já existe de fato. Acrescentou o parlamentar que tropas do Exército estão guardando o próprio Palácio do Governo<sup>136</sup>.

Com isso, a intervenção deixou de ser um pedido e tornou-se uma realidade concreta. Contudo, foi parcial, ficando o general Armando Âncora com o poder da polícia. Muniz Falcão não aceitou dividir o comando do Estado, preferindo licenciar-se, passando a chefia do governo ao vice-governador, Sizenando Nabuco<sup>137</sup>. Podendo-se assim observar que as mídias da época influenciaram no processo de convencimento de uma necessidade da intervenção federal.

No dia 15 de setembro de 1957, com Muniz Falcão fora do governo e com a ausência dos deputados situacionistas, a Assembleia Legislativa aprovou a denúncia e escolheu o tribunal misto<sup>138</sup>. A partir de então, o governador passou a pleitear a reparação de seu cargo junto ao poder Judiciário federal, de quem já havia recebido um *habeas corpus*, noticiado pelo Diário de Pernambuco, junto com a trágica tarde da votação do impeachment<sup>139</sup>.

A sessão de julgamento final, ocorreu no dia 11 de dezembro de 1957, quase três meses após o ocorrido na Assembleia, e o resultado foi: seis votos favoráveis à condenação, quatro votos pela absolvição do chefe do Executivo. Como a lei 1.079 exigia um *quórum* qualificado mínimo de dois terços para a condenação, o mandato de Muniz Falcão foi preservado e, conseqüentemente absolvido das acusações<sup>140</sup>.

Entretanto, mesmo com sua legitimidade como governador garantida, ele só retornou ao cargo no dia 24 de janeiro de 1958. Ainda que tenha tido que enfrentar um longo processo e passar uma boa parte de seu mandato travado pelas manobras políticas do Legislativo, que representava as elites a quem se tornou cada vez mais oposição, Muniz Falcão procurou-se manter pelo viés democrático. O que pode ser observado no texto de Tenório:

Ao contrário de seus correligionários que respondem em linguagem direta e dura as baterias dos adversários, Muniz tem uma grande preocupação com sua própria personagem, faz sempre uma prestação de contas para o futuro, para os historiadores “que serão mais justos que seus juizes”, envolvidos no contexto da época, mas sujeitos a pressões, para atender a interesses<sup>141</sup>.

E assim, teria o trabalhismo em Alagoas, como um de seus principais representantes, e, por essas medidas enfrentou uma complexa rede política já estabelecida em solo alagoano. Ingressou na política pela mão do povo, coisa incomum, mas não pôde evitar a tremenda

<sup>136</sup> Debatida no Catete a intervenção federal. **Diário de Pernambuco**, ano 132, nº 209, Recife, 14 de setembro de 1957, p. 1.

<sup>137</sup> TENÓRIO, Douglas Apratto. op. cit., p. 78.

<sup>138</sup> Ibidem, pp. 78-79.

<sup>139</sup> O *habeas corpus* em favor de Muniz Falcão. **Diário de Pernambuco**, ano 132, nº 209, Recife, 14 de setembro de 1957, p. 1.

<sup>140</sup> TENÓRIO, Douglas Apratto, op. cit., p. 80.

<sup>141</sup> TENÓRIO, Douglas Apratto, op. cit., p. 198.

barreira de ódio que se ergueu contra ele pelos interesses poderosos que feriu ao abrir uma nova era na história do trabalho em Alagoas<sup>142</sup>.

Com isso, é possível perceber que Muniz Falcão, alinhado com o trabalhismo nacional, enfrentou no âmbito local a proeminente oposição da UDN, que se encontrava na esfera alagoana revestida pela presença e influência das elites oligárquicas que controlavam o poder no território alagoano há gerações.

Levando-o a um conturbado processo de impeachment do qual ele conseguiu voltar ao poder, e se manter na vida política alagoana até sua morte, em 1966. E, ainda antes seria eleito mais uma vez governador de Alagoas, em 1965, contudo dentro do contexto da Ditadura Civil-Militar, foi impedido de assumir o mandato pela ausência da maioria absoluta de votos. E assim ficou marcado como experiência única, de um político trabalhista, saído das entranhas das massas.

---

<sup>142</sup> Ibidem, p. 237.

## 5. CONCLUSÃO

O governo e a trajetória política do pernambucano Sebastião Marinho Muniz Falcão na política alagoana foram uma experiência única. Diante do um contexto histórico marcado pelo mandonismo e pela perpetuação dos donos da terra no poder político estadual, ele surge saído de uma política de massas, de projetos e programas que tinham afinidade com a classe trabalhadora.

Sua presença incomoda as oligarquias de Alagoas, primeiro por não fazer parte de seus clãs tradicionais, e segundo por ousar bater de frente contra a ordem vigente no Estado desde muito tempo antes da República. E por essa afronta o preço foi cobrado: um mandato conturbado por um processo de *impeachment* e um cabo de guerra quase constante contra o Legislativo alagoano, que em sua grande maioria representava essas elites.

É, também notório o quanto o termo “populismo” vem dotado de um caráter pejorativo político, identificado para depreciar adversários e fazê-los parecer, ante a opinião pública, como governantes maquiavélicos que utilizam das massas para seus princípios escusos. E ainda, o fato de esse termo se tornar elástico e acabar por isso escondendo os reais projetos e propostas políticas encabeçados pelos indivíduos rotulados de populistas.

Foi possível perceber a força de articulação desses grupos hegemônicos em relação a política local, que para se perpetuar no poder se adaptam a possíveis novas regras do jogo e procuram caminhos para conquistar ou, se necessário, derrubar seus opositores. E ainda, foi observado que a experiência de Muniz Falcão, conseguiu resistir às pressões e manter seu mandato, baseado no princípio da legitimidade obtida por ter sido eleito por voto popular.

O uso dos jornais como fonte histórica ímpar no resgate de vestígios das disputas políticas foi aqui observado. Principalmente quando identificado as vertentes e/ou ligações partidárias do editorial e dos responsáveis pelo periódico. Podendo-se inclusive cruzar esses jornais com outros a fim de ver possíveis concordâncias ou dissonâncias, e com outros tipos de fontes, enriquecendo ainda mais a pesquisa histórica.

Entretanto, a pesquisa histórica é limitada por um vários fator, tais como: prazos, disponibilidade de fontes, estrutura da pesquisa e outras questões pessoais do próprio pesquisador. E, esses fatores inviabilizar aqui um trabalho mais amplo e aprofundado acerca da temática, deixando assim lacunas carentes de preenchimento.

E, é ingenuidade acreditar que dentro de um campo do saber tão amplo quanto a História, seja possível apreender todo o conhecimento acerca de um contexto e/ou processo histórico em um único trabalho. As lacunas e as perguntas sem respostas sempre existiram, mas,

elas existem com o intuito de continuar a motivar o trabalho dos historiadores, em buscar nos fenômenos históricos hipóteses e respostas que ainda não atenderam as presentes perguntas.

Diante disso, podemos destacar aqui espaços em aberto a serem atendidos por estudos futuros, que não de ocorrer. Primeiramente, se faz necessário uma compreensão maior dos embates entre Muniz Falcão e as elites que sempre estiveram encasteladas no poder, e, ainda uma resposta para o questionamento: sendo essa uma experiência única e inovadora, quais fatores impediram que a mesma conseguisse ganhar apoiadores futuros e principalmente continuadores desse legado.

É preciso também pensar com mais afinco e profundidade a relação de Muniz Falcão com o Trabalhismo de Getúlio Vargas e João Goulart, que representavam essa corrente política no âmbito nacional. E encontrar elementos de seu governo, mandato como deputado e até mesmo na atuação como delegado regional do trabalho, que venham a endossar essa hipótese, que se demonstrou, no presente trabalho, promissora.

Se faz também necessário atentar para as possíveis disputas entre Muniz Falcão e seus opositores por meio da mídia alagoana, no caso dos jornais, tanto no processo de impeachment, quanto nos demais momentos de enfrentamento político ocorridos durante o mandato. E buscar ainda novas fontes que venham a fornecer ainda mais luz à análise do conturbado processo histórico, buscando atender os anseios das hipóteses aqui levantadas e de outras que podem vir a surgir pelo caminho.

Esse trabalho é apenas o começo, as primeiras perguntas, os primeiros passos. A tendência é que essa pesquisa se amplie em trabalhos mais densos e aprofundados e com isso, possa preencher as lacunas aqui abertas num processo natural de iniciação de pesquisa acadêmica, e até mesmo vir a fomentar novas lacunas e hipóteses que irão engajar novas pesquisas à temática.

## REFERÊNCIAS

### a) Fontes

**Correio da Manhã**, ano LVII, nº 19775, Rio de Janeiro, 12 de setembro de 1957.

**Correio da Manhã**, ano LVII, nº 19776, Rio de Janeiro, 13 de setembro de 1957.

**Correio da Manhã**, ano LVII, nº 19777, Rio de Janeiro, 14 de setembro de 1957.

**Diário de Pernambuco**, ano 132, nº 207, Recife, 12 de setembro de 1957.

**Diário de Pernambuco**, ano 132, nº 208, Recife, 13 de setembro de 1957.

**Diário de Pernambuco**, ano 132, nº 209, Recife, 14 de setembro de 1957.

### b) Bibliografia

CARVALHO, Cícero Pericles de. **Formação Histórica de Alagoas**. 3ª ed. Maceió: EDUFAL, 2015.

FERREIRA, Jorge. (Org.). **O populismo e sua história: debate e crítica**. 3ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

GOMES, Angela Maria de Castro. **A invenção do trabalhismo** 3ª Ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

IANNI, Octávio. **O colapso do populismo no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

PINSKY, Carla Bassanezi. **Fontes históricas**. 3ª ed. São Paulo: Contexto, 2015.

RÉMOND, René. **Por uma História Política**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

TENÓRIO, Douglas Apratto. **A tragédia do populismo: o impeachment de Muniz Falcão**. 2ª ed. Maceió: EDUFAL, 2007.

\_\_\_\_\_. **Metamorfose das oligarquias**. 3ª ed. Maceió: EDUFAL: CESMAC, 2018.

### c) Sites:

Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. In: **Fundação Getúlio Vargas**. Disponível em: <<https://cpdoc.fgv.br/>>.